



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 42

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÕES CONJUNTAS

DESTINADAS À APECIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

Dias 26 e 27 de abril:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 3.083-E-65 na Câmara e n.º 281-85 no Senado, que modifica o «Plano Nacional de Viação» estabelecido na Lei n.º 4.592, de 29.12.64;

Dia 28 de abril:

— veto (total) ao Projeto de Lei n.º 2.071-B-64 na Câmara e n.º 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 1.176-B-63 na Câmara e n.º 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da «Usina Coaraci Nunes»;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 3.272-B-63 na Câmara e n.º 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira;

Dia 10 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968 e dá outras providências;

Dias 11 e 17 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 3.209-A-65 na Câmara e n.º 237-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior;

Dia 13 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei n.º 2.511-B-65 na Câmara e n.º 27-65 no Senado, que regulamentam o pagamento referente à cota de que trata o art. 26 da Constituição Federal e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei n.º 2.595-B-65 na Câmara e n.º 222-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 3.141-B-65 na Câmara e n.º 221-65 no Senado, que dispõe sobre novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências;

Dia 17 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências;

Dia 24 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei n.º 11-65 (C.N.), que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências;

Dia 25 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei n.º 2.019-B-65 na Câmara e n.º 140-65 no Senado, que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1.º da Lei n.º 3.640, de 10 de outubro de 1955, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Práticas;

— veto (total) ao Projeto de Lei n.º 504-C-63 na Câmara e n.º 3-66 no Senado, que dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social ou a investimentos e das vinculadas a ajustes bilaterais, e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei n.º 2.257-B-64 na Câmara e n.º 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedr. Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial;

— veto (total) ao Projeto de Lei n.º 2.467-B-64, na Câmara e n.º 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências;

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição e do art. 1.º, n.º IV do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de maio do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação, sem prejuízo da matéria para ela já programada, dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei n.º 2.257-B-64 na Câmara e n.º 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedr. Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial (veto total);

— ao Projeto de Lei n.º 2.467-B-64 na Câmara e n.º 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências (veto total).

Senado Federal, 1.º de abril de 1966. — Auro Moura Andrade

SENADO FEDERAL

ATA DA 31.ª SESSÃO,
EM 18 DE ABRIL DE 1966

4.ª Sessão Legislativa,
da 5.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA
DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Senhores
Senadores:

Adalberto Sena,
Edmundo Levi,
Menezes Pimentel,
Wilson Gonçalves,
Pessoa de Queiroz,
Erminio de Moraes,
Aloysio de Carvalho,
Aurélio Vianna,
Benedicto Valladares,
Nogueira da Gama,
José Feliciano,
Guido Mondim,
Daniel Krieger,
Gay da Fonseca.

(14)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 14 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a Sessão.

Val se lida a ata.

O Sr. 2.º Secretário procede à leitura da ata da Sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

ACTOS

Ns. 559, 600 e 601, de 14 do mês em curso, do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando ao Senado, para revisão, as seguintes proposições:

Projeto de Lei da Câmara
N.º 57, de 1966

(N.º 3.455-B/66, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, com sede e fóro no Estado da Guanabara, uma Fundação denominada Fundação Ensino

Especializado de Saúde Pública — FUNEESP.

Parágrafo único. A Fundação a que se refere este artigo terá personalidade jurídica de direito privado e será vinculada ao Ministério da Saúde.

Art. 2º No ato de Constituição da FUNEESP, após a aprovação dos respectivos Estatutos por Decreto do Poder Executivo, o Governo Federal será representado pelo Ministro de Estado da Saúde.

Parágrafo único. Os Estatutos da FUNEESP serão elaborados pelo Ministério da Saúde e submetidos à aprovação do Presidente da República no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, ouvido o Procurador-Geral da República.

Art. 3º A FUNEESP gozará de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os respectivos Estados e o Decreto que os houver aprovado.

Art. 4º A FUNEESP terá por objetivo manter, agrupando-os sob sua jurisdição, a Escola Nacional de Saúde Pública e outros estabelecimentos destinados a ministrar ensino especializado de Saúde Pública através de cursos de pós-graduação para pessoal auxiliar de nível médio, incluindo-se entre as suas atribuições:

a) promover a preparação de pessoal auxiliar e a especialização e treinamento do pessoal técnico e auxiliar necessários à execução dos programas de Saúde Pública do País;

b) colaborar com os órgãos e entidades públicas ou particulares que exerçam atividades de Saúde Pública no País, visando à especialização e aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar;

c) organizar, manter e administrar, diretamente ou mediante convênios de cooperação com órgãos e entidades públicas e particulares, centros de treinamento para os fins de estágio, experimentação e demonstração de pessoal de nível técnico-científico e auxiliar de Saúde Pública;

d) proceder a estudos e pesquisas de interesse dos seus órgãos, adotar outras modalidades de ministração de ensino especializado de Saúde Pública para atender aos seus objetivos.

Art. 5º O patrimônio da FUNEESP será constituído:

a) pelos bens móveis, imóveis e semoventes que na data da constituição da FUNEESP estejam destinados pela União Federal ao funcionamento da Escola Nacional de Saúde Pública e de outras entidades públicas transferidas para o âmbito da mesma Fundação;

b) pelos bens móveis e semoventes que na data da constituição da FUNEESP, constituam instalações e equipamentos dos Cursos de Saúde Pública de órgãos do Ministério da Saúde;

c) pelas doações e subvenções que lhe forem feitas ou concedidas pela União e demais pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais, ou por pessoas físicas;

d) pelos juros bancários, contribuições escolares que for autorizada nos Estatutos e rendas eventuais.

Parágrafo único. Os bens e recursos da FUNEESP serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução dos seus objetivos previstos nesta Lei, revertendo à União Federal, no caso de extinção da Fundação.

Art. 6º A integração, no Patrimônio da FUNEESP, dos bens móveis e dos bens imóveis e semoventes ao que se refere a alínea "a" do artigo anterior,

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALEERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 136

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação

rrior, será providenciada, respectivamente, pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Saúde, no prazo de cento e vinte (120) dias da instituição da Fundação.

Art. 7º Para manutenção da FUNEESP o Orçamento da União consignará, anualmente, subvenção ordinária sob a forma de dotação global, cujo montante não poderá ser, em cada ano, inferior à consignação para o exercício antecedente.

Art. 8º A FUNEESP será administrada por um Conselho Diretor, composto de 6 (seis) membros efetivos e igual número de suplentes, nomeados pelo Presidente da República.

Art. 9º Na forma do artigo anterior, o Conselho Diretor da FUNEESP será constituído de:

a) 1 (um) Técnico de Saúde Pública do Quadro de Pessoal do Ministério da Educação e Cultura, indicado pelo Ministro de Estado;

b) 1 (um) membro do Ministério Público Federal, indicado pelo Procurador-Geral da República;

c) 3 (três) técnicos de Saúde Pública que tenham ministrado tópicos dos Cursos Básicos de Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública ou em outras entidades de ensino englobadas na Fundação, escolhidos pelo Presidente da República.

§ 1º Os membros do Conselho a que se referem as alíneas "a", "b" e "c" exercerão mandato por quatro (4) anos e os membros do Conselho a que se refere a alínea "d" exercerão mandato por dois (2) anos, podendo todos ser reconduzidos.

§ 2º Os membros e suplente do primeiro Conselho Diretor serão nomeados dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à instituição da FUNEESP.

Art. 10. O membro indicado pelo Ministério da Saúde será o Presidente do Conselho Diretor e exercerá as funções de Presidente da FUNEESP.

Art. 11. No que se refere ao ensino, a FUNEESP será organizada em forma departamental, constituindo o

Conselho Departamental, integrado pelos Chefes de Departamentos previstos nos Estatutos, e órgãos consultivo para a fixação da política educacional e de pesquisa.

Art. 12. A FUNEESP terá como órgão de fiscalização contábil e financeira um Conselho Fiscal composto de três (3) membros e igual número de suplentes nomeados pelo Presidente da República dentre pessoas de ilibada reputação, com mandato de três (3) anos.

Art. 13. A competência e o funcionamento dos órgãos da FUNEESP serão estabelecidos nos respectivos Estatutos e regimentos.

Art. 14. O pessoal da FUNEESP será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. Os Estatutos definirão a competência para a admissão e criação de empregos.

Art. 15. A FUNEESP poderá requisitar, na forma da lei, funcionários de órgãos públicos, federais, estaduais ou municipais, tanto da administração direta, como indireta, para atender a seus serviços, podendo utilizar esses funcionários em regime de tempo integral que for adotado na Fundação, sem ônus para os órgãos públicos a que pertencerem.

Art. 16. Observada a legislação em vigor, a FUNEESP poderá receber a cooperação técnica e financeira de órgãos e entidades, públicas e particulares, nacionais, estrangeiras ou internacionais, mediante acordos ou convênios.

Parágrafo único. Os convênios ou acordos com entidades estrangeiras ou internacionais deverão ser previamente submetidos à aprovação do Governo brasileiro.

Art. 17. A FUNEESP poderá firmar acordos com Universidades brasileiras, a fim de que lhe seja outorgado mandato universitário para os seus cursos de nível superior.

Art. 18. A FUNEESP poderá conceder bolsas de estudo aos seus alunos estagiários, na forma das normas

que forem estabelecidas pelo Conselho Diretor.

Art. 19. A Escola Nacional de Saúde Pública, criada pelo Decreto nº 43.526, de 26 de junho de 1955, na forma prevista pelo art. 5º da Lei nº de 3 de setembro de 1954, passa a integrar a FUNEESP, ficando consolidadas e em vigor as disposições regulamentares e regimentais daquele estabelecimento, que não colidir com a presente Lei e os Estatutos da Fundação.

Art. 20. Ficam extintos a Diretoria dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde e os Cursos de Departamento Nacional da Criança do Ministério da Saúde, criados pelos Decretos-leis ns. 5.333, de 6 de junho de 1941, e 4.730, de 21 de setembro de 1942.

Art. 21. Para ingresso nas classes ou séries de classes de nível técnico de Saúde Pública da Administração Pública Federal, inclusive em caráter de interinidade, será requisito indispensável a apresentação do diploma ou certificado de curso próprio ou equivalente ao da FUNEESP, de acordo com os seus Estatutos.

Art. 22. Em organização de seu regime didático, inclusive de currículo dos seus cursos, a FUNEESP não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino.

Parágrafo único. Para que os certificados de preparação do pessoal de nível médio da FUNEESP possam conferir a seus titulares prerrogativas profissionais, deverão ser observados pela Fundação os seguintes princípios:

1º a duração dos seus cursos de ensino médio não poderá ser inferior ao padrão mínimo instituído pela legislação geral;

2º não poderá ser eliminada disciplina que a legislação geral considere obrigatória, o que não impede, tendo em vista a formação de profissionais especializados de Saúde Pública, que qualquer disciplina possa ser ministrada com extensão maior ou menor do que a prevista na referida legislação;

3º não poderá ser dispensada a obrigatoriedade da frequência dos alunos regulares às aulas teóricas ou práticas e aos demais trabalhos escolares, podendo ser abolidas, entretanto, quaisquer fórmulas admitidas pela legislação geral e que importem indiretamente em dispensa de frequência.

Art. 23. A aplicação dos recursos provenientes do Tesouro Nacional será comprovada pelo Presidente da FUNEESP, na forma da lei.

Art. 24. Serão transferidos para a FUNEESP e depositados na conta especial da mesma Fundação, no Banco do Brasil, os recursos consignados à Escola Nacional de Saúde Pública do Ministério da Saúde no Orçamento da União para o exercício de 1966.

Art. 25. A FUNEESP gozará de isenção dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, relativamente aos equipamentos de laboratório, às publicações e aos materiais científicos e didáticos de que necessite, que não tenham similar nacional.

Art. 26. Serão considerados públicos federais relevantes os serviços da FUNEESP para os efeitos de imunidade tributária.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara

Nº 58, de 1966

(Nº 3.457-B/66, NA ORIGEM)

Autoriza a doação de imóveis à Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Legião Brasileira de Assistência, sociedade civil de proteção à maternidade e à infância, os imóveis da União situados nas Ruas São Salvador nº 56 e Estêves Júnior nº 13, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º Os bens referidos têm as seguintes características: *Dimensões e Confrontações* — Rua São Salvador nº 36: Mede o terreno pela frente, voltado para a Rua São Salvador ... 13,40m (quinze metros e quarenta centímetros) no rumo verdadeiro de ... 81º18' (oitenta e um graus e dezoito minutos) SW; pelo lado direito, confrontando com a Estação de Bombeiros situada na Praça São Salvador, mede 33,03 (trinta e três metros e três centímetros) nos 28º302' (vinte e oito graus e trinta e dois minutos) NW; pelos fundos, confrontando com o imóvel nº 13 da Rua Estêves Júnior, mede 12,70m (doze metros e setenta centímetros) aos 61º20' (sessenta e um graus e vinte minutos) NS; pelo lado esquerdo, confrontando com o imóvel da Rua São Salvador, de Adolfo Lopes, mede em 3 (três) alinhamentos — 11,38 (onze metros e trinta e oito centímetros) aos 28º48' (vinte e oito graus e quarenta e oito minutos) SE, 2,07m (dois metros e sete centímetros) aos 64º27' (sessenta e quatro graus e vinte e sete minutos) NE, e 26,79m (vinte e seis metros e setenta e nove centímetros) aos ... 27º49' (vinte e sete graus e quarenta e nove minutos) SE e tem a área de 500,6605m² (quinhentos metros quadrados e seis mil seiscentos e cinco centímetros quadrados). O imóvel nº 13 da Rua Estêves Júnior tem a área de 154,9139m² (cento e cinquenta e quatro metros quadrados e nove mil cento e trinta e nove centímetros quadrados) e as seguintes dimensões e confrontações: Mede o terreno pela frente voltado para a Rua Estêves Júnior, 13,39 (treze metros e trinta e nove centímetros) no rumo verdadeiro de 41º59' (quarenta e um graus e cinquenta e nove minutos) NE; pelo lado direito, confrontando com o imóvel nº 9 da Rua Estêves Júnior, mede ... 14,45m (quatorze metros e quarenta e cinco centímetros) aos 28º48' (vinte e oito graus e quarenta e oito minutos) SE; pelos fundos, confrontando com o imóvel nº 36 da Rua São Salvador, mede 12,70m (doze metros e setenta centímetros) aos 61º20' (sessenta e um graus e vinte minutos) SW; pelo lado esquerdo, confrontando com a Estação de Bombeiros, situada na Praça São Salvador, mede 10,02 (dez metros e dois centímetros) aos 28º32' (vinte e oito graus e trinta e dois minutos) NW.

Art. 3º Os imóveis doados destinam-se à instalação de um Centro Social, onde serão desenvolvidas atividades médicas, assistenciais e educacionais.

Art. 4º Em caso de dissolução da entidade beneficiada, o bem doado reverterá ao patrimônio da União.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

Projeto de Lei da Câmara

Nº 59, de 1966

(Nº 3.473-B/66, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para atender ao disposto no art. 6º do Decreto nº 49.160, de 1º de novembro de 1963.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros) para atender ao disposto no art. 6º do Decreto nº 49.160, de 1º de novembro de 1963.

Art. 2º O crédito especial em questão terá a vigência de 2 (dois) exercícios e será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Aviso do Ministro das Relações Exteriores, de nº DAI-DAF-DPC-10-890. (42) (12) — Agradece a comunicação referente à promulgação do Decreto Legislativo nº 1-66.

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Do Ministro da Indústria e do Comércio (Avisos de 31 de março):

Nº AP-36, com referência ao Requerimento nº 20, de 1966, do Sr. Senador Vasconcellos Torres:

Nº AP-38, com referência ao Requerimento nº 289, de 1966, do Sr. Senador Vasconcellos Torres.

PARECERES

Parecer nº 258, de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Requerimento nº 136, de 1966, que solicita inserção em ata de voto congratulatório com o "Jornal do Brasil" pelo transcurso do 75º aniversário de sua fundação, ocorrido a 9 de abril.

Relator: Sr. Bezerra Neto

1 — De iniciativa do ilustre Senador Jefferson de Aguiar, secundado por outros membros desta Câmara Alta, na presente proposição se requer a inserção em ata de um voto congratulatório com o "Jornal do Brasil" pelo transcurso do 75º aniversário de sua fundação, ocorrido no dia 9 de abril corrente, a fim de que o Senado demonstre seu apreço pelo grande órgão da imprensa, o qual, com outros jornais brasileiros, vem prestando assinalados serviços à ordem jurídica e às liberdades democráticas, em todos os momentos históricos desta nação.

2 — O que acima se declara representa os termos da moção, a cuja procedência, no mérito aderimos, ao mesmo tempo que esta Comissão reconhece o apoio regimental. É o "Jornal do Brasil", um órgão padrão da boa e vitoriosa imprensa, alcançando-se a alto nível empresarial sem pôr à margem de sua trajetória, até o jubileu de diamante, a fidelidade à boa ética, nesta se incluindo seus compromissos a uma orientação sob a bússola cristã. É um admirável modelo de técnica e sua influência a favor do desenvolvimento do país é notória. Defende os ideais democráticos, a liberdade e o respeito à pessoa humana. Nestes dias difíceis, de inegável crise institucional, felizmente respeitou-se a intervenção da imprensa nos acontecimentos, informando, opinando e orientando. O "Jornal do Brasil"

tem sabido, a favor do povo, com isenção e coragem, usar desta área até agora respeitada. Se atravessarmos, vencendo a crise institucional, ressaltando e restabelecendo os ideais democráticos, muito já devemos e mais iremos dever à participação do veterano órgão, que agora recebe as homenagens do Senado da República.

A Comissão de Constituição e Justiça é de parecer favorável à aprovação do Requerimento nº 136.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1966 — Milton Campos, Presidente — Bezerra Neto, Relator — Janary da Fonseca — Heribaldo Vieira — Menezes Pimentel — Daniel Krieger.

Parecer nº 259, do 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1966 (nº 3.505-B-66 na Câmara), que dá nova redação aos artigos 263 e 266 do Código de Justiça Militar (Decreto-Lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938) e dá outras providências.

Relator: Senador Antônio Carlos.

O Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1966, oriundo de mensagem presidencial, datada de 8 de março de 1966, visa dar nova redação aos artigos 263 e 266 do Código de Justiça Militar (Decreto-Lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938).

2. As medidas constantes da proposição foram objeto de estudo e decisão do Superior Tribunal Militar.

3. As modificações propostas, conforme justificativa do Superior Tribunal Militar, visam "aperfeiçoar a redação dos artigos nº 263 e 266 do Código Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938, alterado pela Lei nº 4.517, de 2 de dezembro de 1964), de forma a permitir melhor orientação às autoridades militares, para execução de medidas à comprovação do crime deserção de praças das Forças Armadas, e favorecer, com normas claras e bem definidas, a sua aplicação nas instâncias competentes".

4. Não são propostas quaisquer alterações substanciais.

5. Na Câmara dos Deputados, a proposição mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Segurança Nacional.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 56, de 1966.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 1966 — Jefferson de Aguiar, Presidente — Antonio Carlos, Relator — José Ernirio — Gay Fonseca — Bezerra Neto

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está finda a leitura do expediente.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido.

É lido o seguinte:

**Projeto de Lei do Senado
Nº 14, de 1966**

Atualiza o valor do financiamento atribuído pelo Art. 9º da Lei número 3.253, de 27 de agosto de 1957.

Passa a ser a seguinte a redação do Art. 9º da Lei nº 3.253, de 27 de agosto de 1957:

Art. 9º. A nota de crédito rural conterá, além dessa denominação, os requisitos dos ns. I, III, IV e VI a IX do art. 3º, só podendo ser usada para empréstimos ou financiamentos até vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 20.000.000).

Justificação

A política governamental deve também caracterizar-se pelas facilidades ao crédito rural, proporcionando ao produtor, em especial ao pequeno

e médio, os meios e instrumentos capazes de assegurar rápida e adequada assistência creditícia.

Tão evidente é essa razão e tão seduzidos são os debates e argumentos em torno da matéria, que não se faz necessária maior justificação para o exame e julgamento das doudas Comissões sobre o que aqui se propõe.

O Projeto não modifica o espírito da Lei, mas apenas atualiza o valor atribuído no instrumento então criado, uma vez que o Conselho Nacional de Economia estabeleceu o índice de correção monetária de 21,6 para o 3º trimestre do ano de 1957, quando foi sancionado o Diploma que ora se pretende modificar.

Em Brasília, 18 de abril de 1966. — Guido Mondim.

Em anexo, a parte da Lei número 3.253 que interessa ao exame deste projeto.

LEI Nº 3.253 — DE 27 DE

AGOSTO DE 1957

Partes vetadas pelo Presidente da República e mantidas pelo Congresso Nacional, do Projeto que se transformou na Lei número 3.253, de 27 de agosto de 1957.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal, os seguintes dispositivos da Lei nº 3.253, de 27 de agosto de 1957:

Art. 2º

IV — Nota de crédito rural

Art. 9º A nota de crédito rural conterá, além dessa denominação, os requisitos dos ns. I, III, IV e VI a IX do art. 3º, só podendo ser usada para empréstimos ou financiamentos até um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000).

§ 1º São assegurados à nota de crédito rural os privilégios do art. 1.563 do Código Civil.

§ 2º Aplicam-se a esta nota as regras dos §§ 2º, 3º e 4º do art. 3º e, ainda, o disposto no art. 4º.

§ 3º Em caso de cobrança executiva, inclusive por antecipação de vencimento pela ocorrência da hipótese de aplicação indevida do empréstimo, assistirá ao credor o direito à multa prevista no art. 22.

§ 4º O emitente da nota de crédito rural só poderá operar nos bancos instalados na zona a que pertencer o município de sua principal atividade.

§ 5º A nota de crédito rural terá o prazo mínimo de seis (6) meses e máximo de cinco (5) anos.

Art. 10. ... e a nota de crédito rural,

§ 3º ... ou da nota

I —
a) ... ou notas
b) ... ou notas
c) ... ou notas
II —

Art. 20. ... ou da nota de crédito rural

Art. 24. ... com ou sem garantia real

Art. 30. ... até o máximo de vinte por cento (20%) acima dos limites fixados a essas operações, para

estabelecimento bancário.

Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1957; 136º da Independência e 59ª da República. — Juscelino Kubitschek.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia, de Agricultura e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai ser lido requerimento subscrito pelos Senhores Rui Palmeira e Eurico Rezende.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 148, de 1966

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Na forma do art. 212-IV-y do Regimento Interno, Requeiro seja transcrita nos Anais do Senado a resposta oferecida pelo Governo Brasileiro a nota do Governo do Paraguai sobre a caracterização de nossas fronteiras com aquele País vizinho, na região do salto das Sete Quedas.

Trata-se de um documento, que honra o Itamarati e a equipe que serve com eficiência e patriotismo naquele Ministério, ora sob a gestão do Chanceler Juracy Magalhães, um seguro e lucido continuador das gloriosas tradições da Casa de Rio Branco.

Sala das Sessões, em 31 de março de 1966. — Rui Palmeira — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Nogueira da Gama) — O documento cuja transcrição é solicitada pelo Senador Rui Palmeira está nos limites previstos no Art. 202 do Regimento Interno. O requerimento será submetido à deliberação do Plenário na Ordem do Dia da Sessão ordinária seguinte, independente do parecer da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Esta Presidência tem a comunicar aos Senhores Senadores que, do Ministério da Educação e Cultura, a Mesa recebeu solicitação no sentido de ser aquele Ministério concedida dilatação do prazo regimental para a prestação das informações pedidas nos Requerimentos ns. 41 e 53, de 1966, respectivamente de autoria dos Srs. Senadores Vasconcelos Torres e Arnão Steinbruch.

Se não houver manifestação em contrário, a Mesa concederá a dilatação pedida por trinta dias. (Pausa)

Não havendo qualquer objeção, esta Presidência concede a dilatação solicitada pelo Ministério.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Há horas inscritas.

Em primeiro lugar está o nobre Senador José Ermírio, a quem dou a palavra.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, no processo alarmante, se não irreparável, da entrega de nosso País ao estrangeiro, que muitos maus brasileiros anseiam por completar o quanto antes, mais uma fase está sendo agora cumprida, tanto assim que no dia primeiro do corrente deu entrada nesta Casa, para exame e votação, o já conhecido e mesmo famigerado "Acordo de Cooperação nos Usos Civis da Energia Atômica" entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, firmado em Washington.

Acreditamos, francamente, que este Senado, fiel às suas tradições de patriotismo e independência, não permitirá que assunto de tanta relevância seja transformado em capricho político, que deve passar a qualquer

preço, custe o que custar. Não, senhores Senadores, não poderemos concordar com esse apodamento, com essa volúpia entreguista que tomou conta da mente dos mais categorizados assessores do nosso Governo.

E' preciso não esquecer que, no momento atual — como já o dissemos nesta Casa — a energia nuclear está sendo encarada com seriedade e patriotismo por todos os países, sendo notável o exemplo da França, que dentro de cinco anos terá mais energia atômica do que a soma de toda a produção das usinas térmicas de combustíveis fósseis e de todas as usinas hidráulicas, atualmente existentes em seu território.

Esse "Acordo", se aprovado, terá completado o elenco das medidas tendentes à entrega desta nossa extremidade Pátria à fria e calculista concupiscência internacional.

Sr. Gay da Fonseca — V. Exª permite um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Pois não.

O Sr. Gay da Fonseca — Declara V. Exª que o texto do acordo veio ao Senado para nossa apreciação. Gostaria de perguntar a V. Exª se esse texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Sim, já foi aprovado.

O Sr. Gay da Fonseca — Assim sendo, não posso aceitar a inicial do discurso de V. Exª porque creio que na outra Casa do Congresso Nacional, há homens tão patriotas como nós, com o mesmo espírito público e o mesmo desejo de servir bem o País, como todos nós.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — O acordo foi felizmente aprovado, embora leve-se um mês e meio para que o Governo conseguisse sua aprovação.

O Sr. Gay da Fonseca — Reafirmo que não concordo absolutamente com os adjetivos empregados por Vossa Excelência em seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Senhor Senador Gay da Fonseca, tenho a impressão de que os problemas nacionais, não são estudados com a atenção que merecem. Não é possível que uma questão como a da energia atômica, que será a energia utilizada em larga escala num futuro muito próximo — dentro de uns 30 anos — não tenha merecido a devida atenção dos estudiosos do assunto, pois que ela representará um marco importante para a emancipação econômica do nosso País.

Eu dizia, Sr. Presidente, o quanto é calculista a concupiscência internacional. (Retorno à leitura)

E' multifórmio, envolvente, tentacular e terrível, utilizando desde as técnicas suásticas do "amaciamento" da infiltração e do suborno, às da violência da ocupação militar pura e simples.

A Nação inteira confia no Senado da República, senhor Presidente! Não podemos, nem poderemos decepcioná-la.

Não é justo, não se pode compreender que um país entregue a outro, superdesenvolvido, o seu mais importante ponto de apoio na luta pelo progresso, que é a energia nuclear. Já tivemos oportunidade de dizer nesta Casa que hoje se pode produzir um quilowatt de energia atômica por preço inferior a 4 milis, ou seja cerca de 8 cruzeiros.

(Interrompendo a leitura) — Ai está o Rio Grande do Sul, que Vossa Exª Senador Gay da Fonseca representa nesta Casa, pagando entre sessenta e noventa cruzeiros o quilowatt-hora, quando hoje já se pode

produzir energia a oito cruzeiros, utilizando-se a energia atômica.

E não nos esqueçamos de que, segundo todas as previsões, dentro de trinta anos o petróleo deverá estar racionado.

Ora, se é sabido que existe no mundo três vezes mais tório do que urânio, elemento este que é a base do U-233, que conjuntamente com o U-239 (PU-239) forma o plutônio, combustíveis, fósseis para os melhores reatores conhecidos, não devemos nem podemos aliás de conformidade com os princípios que sempre aprendemos com os próprios Estados Unidos, aceitar os termos humilhantes, perigosos e prejudiciais desse "Acordo" pelo qual se dá à América do Norte opção para a compra, por preço que será certamente fixado por ela, do produto dos reatores atômicos.

Já não basta, Senhor Presidente, vendermos nosso minério de ferro a 8 dólares a tonelada?

Não basta comprarmos enxofre por preço duas vezes superior ao do mercado americano, que cota entre 22 e 25 dólares a tonelada, enquanto pagamos a razão de 45 a 50 dólares?

Senhor Presidente, Senhores Senadores, há cerca de dois anos que vimos, desta Tribuna, tentando alertar, nossas autoridades para os erros, a teorização excessiva, as falácias das diretrizes de nossa política econômico-financeira. Não temos medido esforços nem sacrifícios nessa tarefa de esclarecimentos, tantas vezes mal interpretadas.

Para nossa imensa tristeza todas as nossas previsões estão se realizando, uma a uma. Há a vista que os responsáveis por essa política usam, agora outra linguagem, acunhando, pelos justos reclamos de toda a Nação, que está farta de planejamentos e teorias. O panorama que causamos desorientamos não é nada promissor. A verdade, que ninguém pode ocultar, por mais bem falante que seja é que o País está estagnado, esmagado por uma carga fiscal muitas vezes superior às suas forças produtivas, empresários decapitalizados e os trabalhadores empobrecidos e desesperançados.

Dezenas de vezes dissemos que o País estava regredindo, estava paralisado, estava caminhando para trás: a OMT e a OPA acabam de afirmar a mesma coisa, e entretanto esses responsáveis, ou melhor, esse único responsável, com toda a sua doutoral sabedoria, com toda a sua auto-suficiência, continua a jurar o contrário como se chamando cada vez de semovente ela adquirisse a facilidade de caminhar.

O certo, o tristemente verdadeiro, senhor Presidente, é que este maravilhoso País sem cataclismos, sem terremotos, sem ciclones, sem eletricidade, sem pavor gerencial, nobre e capaz, tem tido a infelicidade de ver em seus postos de responsabilidade pessoas sem qualquer preparo ou habilitação para isso.

Contra todas as evidências, continuam a tentar ludibriar nosso povo, cada dia mais o sacrificado e abandonado.

Haverá acusa mais vívida do que a paralização de nossas forças produtivas?

Tomemos como exemplo o consumo da energia elétrica para fins industriais, nos principais centros do País:

O quadro é o seguinte:

Estado de São Paulo:

1964: 4.937.909.712 kwh; 1965: 4.937.977.502kwh (aumento ridículo de menos de 58.000 kwh, ou seja, cerca de 1 milésimo por cento)

Estado da Guanabara:

1964: 559.606.000 kwh 1965: 551.082.000kwh (diminuição de 3.000 kwh).

Belo Horizonte:

1964: 32.000.000 kwh 1965: 29.000.000 kwh (diminuição de 3.000.000 kwh).

Examinando-se a situação, por exemplo, do Rio Grande do Sul que, no ano passado atingiu, apenas, a um per capita inferior três vezes a Grécia, 4 vezes a Portugal e talvez 10 vezes a Itália — um Estado que quase não possui energia e a que tem a caríssima — verificamos o absurdo de, num momento destes, fazer acordos prejudiciais à Nação! O Estado do Rio Grande do Sul, se não me engano, tem um consumo de 164 Kw per e um quarto do de Portugal.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite V. Exª. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com satisfação.

O Sr. Gay da Fonseca — Estou ouvindo com o devido respeito e atenção o discurso de V. Exª., principalmente na parte técnica, à qual não estou afeito e na qual não sou versado. Só queria fazer uma ressalva. Realmente o meu Estado, no que tange à energia elétrica, vem sofrendo imensamente e não de hoje, nem de ontem, mas de há muito...

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Apoiado.

O Sr. Gay da Fonseca — ...e a realidade brasileira, que V. Exª. analisa com tanta propriedade, é um resultado da realidade de ontem, é a resultante de erros acumulados. V. Exª. salientou muito bem: incapazes estiveram à frente dos destinos públicos e isto é uma realidade. Os incapazes estiveram à frente dos negócios públicos da Nação e nos legaram o Brasil de hoje. Mas com homens de boa vontade, homens com capacidade, com espírito público, entre os quais incluo V. Exª., creio que o Brasil encontrará seu futuro.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Exª.

Se cito o Rio Grande do Sul — Estado fabuloso e que tem condições de ser um dos melhores do Brasil — é porque ali o quilowatt-hora varia de 60 a 90 cruzeiros. (Lê)

Sr. Presidente, nos dias que correm — ou melhor que se arrastam, pesados e sombrios — somente tem encontrado clima propício os ajiotas, os especuladores, os atravessadores, os que nada produzem. Que se tome como exemplo — triste exemplo — o próprio Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que segundo seu último balanço, de 1965, com um capital de Cr\$ 98.731.180.449, teve, de lucro, no ano passado, apenas Cr\$ 76.311.164.465! E um Banco de Desenvolvimento... Imaginem se não fosse, Senhores Senadores!

Aliás, aqui está a "Conjuntura Econômica", de janeiro do corrente ano, onde se verifica o absurdo de ser o juro médio pago por nós acima de 24% ao ano, chegando, em muitos casos, a 3 e 4% ao mês e até mais, quando os mais diferentes países, das mais diversas estruturas sociais e econômicas pagam as seguintes taxas, abrangendo taxa de desconto, de crédito comercial, crédito hipotecário, e de obrigações privadas:

Japão	7.1
Suécia	6.7
Grã-Bretanha	6.6
Austria	6.5
Bélgica	6.3
Alemanha Ocidental	6.1
Países-Baixos	5.9
França	5.7
Itália	5.6
Canadá	5.4
Estados Unidos	4.7
Suíça	4.2

E ainda sábado, em discurso pronunciado em Volta Redonda, o Sr. Presidente da República, ao tentar valorizar a política creditícia do seu Governo, citou que o Banco do Brasil expandiu em 42% as suas operações em favor das empresas privadas, o BNDE em 50%, os bancos comerciais em 84% e as sociedades de crédito e financiamento em 110%, assim confirmando o quanto temos dito nesta Casa. Sim, pois todos sabemos quais os juros cobrados pela grande maioria dos bancos particulares e pelas sociedades de financiamento, que foram os grandes favorecidos pela política governamental, com enorme ônus para os empresários.

Sr. Presidente, em nossa ambição de conhecer profundamente os problemas que tanto nos afligem, como Nação e como povo, temos feito inúmeros requerimentos de informações aos mais diversos Ministérios, objetivando a obtenção de dados que nos habilitem a esse estudo. Infelizmente não temos recebido, com a presteza e a regularidade que seria de desejar, resposta às nossas indagações. Como exemplo dessa atitude dos organismos públicos responsáveis pelos mais diferentes setores da Administração, lembremos que há cerca de dois anos solicitamos ao DASP o número exato de servidores públicos. Até hoje não obtivemos resposta, e parece que não havia mesmo resposta a ser dada, tanto assim que somente agora é que se determinou o cadastramento dos servidores da União! Imagine-se administrar uma fábrica desconhecendo-se o número de seus trabalhadores! O resultado será um só, como expressivamente diria David Copperfield: miséria.

Ainda sobre os desacertos que vêm chocando e traumatizando o País, citemos o que está acontecendo com o xisto, que agora, entre nós, ao arrepio das mais elementares noções de Geologia Geral, Geologia Econômica, Geologia Estrutural, Mineralogia e Petrografia, está sendo considerado "legalmente" como não sendo petróleo, para o único efeito de ser excluído do monopólio da Petrobrás.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. fez referência, dando tonicidade, aliás ao fato de haver apresentado, há dois anos, um pedido de informações ao DASP, a respeito do quantitativo de funcionários públicos existentes no País, sem que aquele órgão da Presidência da República tenha respondido. Desta circunstância, V. Exa. tira a conclusão de que não se conhece o número de servidores brasileiros. Mas é bom que V. Exa. atente para o fato de que o Governo, Ministério por Ministério, órgão por órgão da administração direta ou centralizada, conhece o número dos seus servidores. O DASP, até aqui, só tem o controle do pessoal concursado, daquele pessoal que se submete a prova de habilitação. Mas o Brasil, através dos seus Ministérios e dos seus órgãos de administração direta, ou de administração delegada, sabe perfeitamente o número de seus servidores, tanto assim que as dotações orçamentárias aí estão e é muito difícil vir ao Congresso Nacional mensagem suprimindo pagamento de funcionários, a não ser quando a admissão de pessoal concursado se verifica convenientemente ao início da vigência da Lei de Meios. É o esclarecimento que queria dar a V. Exa. O Brasil, como V. Exa. diz, não pode ser comparado a uma firma cujo gerente não soubesse o número de empregados. O Governo Brasileiro sabe perfeitamente o número de servidores que possui.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — E é estranho que o DASP só agora tenha

tomado providências sobre esse assunto.

(Lendo)

Ora, todos sabemos que no xisto o óleo está embutido numa camada de pedra de fina consistência, da qual pode ser libertado por aquecimento. Enquanto que o petróleo, chamado de poço, é encontrado em camadas porosas, solto entre os grãos de arenito e de outros tipos peculiares de rocha. A diferença está apenas nos processos de extração. Tanto assim que o "Boletim" do mês de janeiro do corrente ano da Escola de Minas do Colorado, nos Estados Unidos, junta numa só previsão as reservas conhecidas e desconhecidas de óleo do mundo, a saber:

(2.000 bilhões de	poço
Petróleo: 3.980 bi-	lhões de barris
(1.980 bilhões de	xisto

Por ti se vê, senhores Senadores, a importância do xisto, e por isso mesmo é que sobre nossas reservas estão sendo armadas e aguçadas as garras dos que pretendem nos conservar na desoladora situação de pobre e empobrecido devedor insolvente, sempre à espera de "ajuda" de fora.

Ajuda que agora já nos estão oficialmente prevenindo que não deveremos esperar seja substancial, rápida e oportuna.

E por isso voltou-se a pregar a primazia da exportação, com o que certamente estaremos de acordo, mas contanto que não se olvide nem se abandone o mercado interno. E preciso — e talvez mais dois longos anos de provações teremos de sofrer até o reconhecimento desta verdade — e preciso cuidar da atualização das nossas fábricas, urge tornar a produção economicamente suportável. Devemos seguir os ensinamentos dos próprios Estados Unidos, maior país do mundo, cuja exportação é de cerca de 8% de sua produção. Urge defender nossa legítima e autêntica produção dos ônus dos "royalties" e das remessas de lucros, como fazem os Estados Unidos. Somente assim seremos capazes de ultrapassar a hardamente esta triste e desoladora situação, que se alastra por todos os Estados, com os empresários enfrentando a dolorosa opção entre despedir trabalhadores ou cerrar definitivamente as portas de suas fábricas.

Ainda é tempo, senhor Presidente; sempre haverá tempo para uma Nação jovem como a nossa se recuperar dos atrasos ou distorções de seu processo de desenvolvimento, que traz em si mesmo as virtudes que o tornam fatal e incoercível.

Bastará que nos ajudemos, que não assinnemos mais "Acórdos" que não são acordos, e sim alienações de nossa soberania; bastará que não permitamos mais seja todo o nosso território fotografado por cima e por baixo, com fotografias que ninguém aqui pôde ver, nem se sabe onde estão. Bastará a adoção, no plano interno, de uma política rígida de contenção de despesas e de apoio às forças produtoras — trabalhadores e patrões — e de autenticidade orçamentária. E, no plano internacional, que não nos olvidemos de nossas responsabilidades para com o Mundo Livre, particularmente com a América Latina.

Aliás, senhor Presidente, queremos transmitir a esta Casa, e também ao País, a notável análise contida nos trechos que passamos a ler, de uma conferência realizada a 22 de março deste ano, na Universidade de Connecticut, nos Estados Unidos, cujos termos deveriam ser profundamente

meditados pelos que, no Brasil, se fazem mais realistas do que o rei:

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com prazer.

O Sr. Aurélio Viana — Nobre Senador, são impressionantes os dados que V. Exa. apresenta. Lendo, numa revista especializada, sobre os problemas brasileiros, encontrei alguns dados interessantes. As reservas de petróleo conhecidas dariam apenas para vinte ou trinta anos. O mundo teria fome e sede de derivados de petróleo, nesses vinte ou trinta anos. Daí o afã com que as grandes potências correm para armazenar urânio, tório ou seja, material atômico que venha substituir, amanhã, o petróleo que está prestes a desaparecer — prestes, uso o termo no tempo. E nós perguntamos, e perguntamos aos líderes do Governo, nesta Casa, que providências vem tomando a atual Administração para pôr em prática o Plano Trienal da Comissão Nacional de Energia Nuclear que previa a instalação no centro-sul, de uma central atômica de trezentos megawatts, ou seja, de trezentos mil quilowatts, para com essa usina de fornecimento de átomos para a paz, para o progresso e para o desenvolvimento, fazermos face a demanda que se acelera no nosso País.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte do Senador Aurélio Viana. Para reforçar as palavras de S. Exa. sobre as possibilidades do mundo, em matéria de petróleo, quero dizer que idênticas palavras foram proferidas, no fim do ano passado, na Organização das Nações Unidas, pelo seu Secretário Geral — o Sr. U Thant.

Aliás, Sr. Presidente, queremos transmitir a esta Casa, e também ao País, a notável análise contida nos trechos que passamos a ler, de uma conferência realizada, no dia 22 de março deste ano, na Universidade de Connecticut, nos Estados Unidos. São trechos que deveriam ser profundamente meditados no País, pelos que se fazem mais realistas do que o rei. Eis o resumo da análise:

Lendo:

"Há duas Américas. Uma é a América de Lincoln e Adlai Stevenson; outra é a América de Teddy Roosevelt e do General Mac Arthur. Uma é generosa e humana, a outra, estreitamente egoísta; uma é modesta e auto-crítica, a outra arrogante e auto-suficiente; uma é sensível, a outra romântica; uma é bem humorada, a outra volente; uma é inquiridora, a outra pontifical; uma é moderada e contida, a outra cheia de intenções apaixonadas".

"Em nenhum lugar tem a ambivalência das duas Américas, sido mais evidente e mais importuna do que nas relações dos Estados Unidos com a América Latina. Na América Latina como na Ásia, os Estados Unidos — uma nação profundamente anti-revolucionária — têm sido obrigados a optar entre aceitar a revolução ou tentar eliminá-la.

Assim é que há muito temos tido repugnância ou incapacidade para essa opção. De um lado, temos nos feito amigos de certos governos democráticos progressistas, e temos associado a América Latina à Aliança para o Progresso, com o propósito de fazer a revolução social por meios pacíficos. De outro, temos permitido que nosso medo do comunismo nos leve a suportar certo número de governos cujas políticas são incompatíveis com os objetivos da Aliança, e em tais oca-

sões — na Guatemala em 1964, em Cuba em 1961 e na República Dominicana em 1965 — recorremos à força e, ilegal e imprudentemente, fortalecemos o comunismo na América Latina, por via de cada uma dessas intervenções, todas sem sucesso. Os Estados Unidos, assim, têm adotado duas políticas profundamente incompatíveis na América Latina; um claro apoio para reformas sociais, e um confuso anti-comunismo que muitas vezes nos transforma em amigos de oligarquias corruptas e reacionárias. Essas políticas incompatíveis são expressões de duas Américas: uma humana e tolerante, outra estritamente e puritana; aquela disposta a auxiliar nossos vizinhos a serem felizes, esta outra disposta a forçá-los a serem virtuosos.

Apesar de nossas nobres intenções, os países que mais têm sido tutelados para a democracia pelos "marinheiros" dos Estados Unidos não são particularmente democráticos. Entre estes incluem-se o Haiti, que está sob uma brutal e subterfuge ditadura; a República Dominicana, que está em agitação, e Cuba, que — não é preciso recordar a ninguém — substituiu sua tradicional ditadura de direita por uma ditadura comunista.

Talvez, sob a luz deste extraordinário rol de acontecimentos, seja hora de reconsiderarmos nossos métodos doutrinários. Talvez não estejamos preparados para a tarefa de divulgação da doutrina democrática. Talvez fosse mais proveitoso nos concentrarmos sobre nossa própria democracia em lugar de tentar impor nossa versão particular sobre ela a todos esses ingratos latino-americanos que obstinadamente se opõem aos seus benefactores norte-americanos em lugar dos inimigos "reais" que temos graciosamente escolhido para eles. E talvez — sobretudo — se deixarmos nossos vizinhos fazerem seus próprios julgamentos e cometerem seus próprios erros, e se limitarmos nossa assistência a assuntos econômicos e tecnológicos em lugar de filosóficos, talvez então eles começassem a descobrir a democracia e a dignidade que tem largamente sido abandonada por eles, e nós, de nosso lado, encontraríamos o amor e a gratidão que eles parecem tanto desejar.

A política latino-americana dos Estados Unidos tem sido distorcida por uma tendência a identificar reforma com revolução e revolução com comunismo. Isto decorre do fato de que, para tem o que fazer com relação a cada um, como realmente o faz, entendendo que são uma única e mesma causa, quando na verdade não o são.

A permanente suspeita sobre movimentos revolucionários da parte da política dos Estados Unidos, mais desastrosa, porque há fortes possibilidades de mais explosões na América Latina e, enquanto os Estados Unidos se fazem inimigos dos movimentos revolucionários, o comunismo é hábil ao ponto de fazê-los seus amigos. A tendência anti-revolucionária da política dos Estados Unidos, que é dirigida pelo temor do comunismo, pode ter somente o efeito de fortalecê-lo.

A Aliança para o Progresso encorajou as esperanças da América Latina no sentido de que os Estados Unidos não apenas toleraram, mas até mesmo ajudaram efetivamente as revoluções so-

ciais internas. A intervenção na República Dominicana, afinal, destruiu temporariamente essas esperanças e tem sido referido por alguns observadores que pela primeira vez líderes católicos progressistas da América Latina estão falando seriamente sobre somar forças com os comunistas, como o único caminho viável para fazer a revolução social, e, na verdade, como o único caminho possível de eliminar os comunistas do comando das revoluções sociais.

Ainda não é muito tarde para que os Estados Unidos desempenhem um importante e efetivo papel na ajuda aos latino-americanos para a satisfação de suas aspirações de democracia e justiça social. Estes anseios depois de tudo, são os mesmos que procuramos para nós mesmos em nossa própria sociedade.

E' assim, buscando o que há de melhor em nosso próprio caráter, e inquestionavelmente o que é de nosso interesse que devemos nos tornar amigos da revolução social na América Latina. Isto exigirá uma renovada atribuição e o incremento de contribuições para a Aliança para o Progresso — contribuições que temo dizer não serão apresentadas ao Congresso num futuro próximo. Será também necessário cortar das oligarquias econômicas e militares, qualquer que seja o curto limite das vantagens que auferem. Deve ser exigida a aceitação da expropriação gradual das empresas possuídas pelos Estados Unidos. Será certamente obrigatório exigir a aceitação de grande e rápida mudança, nem tudo necessariamente por meios pacíficos.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Tenha a bondade, nobre Senador Aurélio Viana.

O Sr. Aurélio Viana — Nobre Senador, V. Exa. deve notar que os países latino-americanos mais respeitados pelos Estados Unidos são justamente aqueles que praticam e realizam uma política independente no campo, principalmente, econômico-financeiro. Verificamos o interesse do Presidente dos Estados Unidos em visitar o México, país que não aceitou as suas imposições, as imposições Americanas, — mesmo quanto à sua conduta na política externa da Norte América, da América Central e América Latina — E verificamos, também, como o Presidente norte-americano foi recebido pelo povo mexicano. Ora, no campo do petróleo, a legislação mexicana é mais drástica do que a brasileira, no campo do aproveitamento dos minérios...

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Muito bem.

O Sr. Aurélio Viana — ... ferrosos ou não ferrosos, a legislação mexicana é supinamente mais drástica do que a brasileira. No entanto, só em turismo os norte-americanos deixam, no México, atualmente, mais de um bilhão de dólares e os seus capitais acorrem para o México, aceitando as exigências do governo mexicano, que são muito mais fortes do que as do Governo brasileiro. Aliás, aqui quase não há exigências. Logo, o país que se coloca numa posição de vanguarda, de defesa da sua soberania, de aproveitamento e preservação do que é seu, para o bem próprio, o bem comum da humanidade, é o país mais respeitado e os que mais se curvam aos seus desejos, os que mais recebem e menos se desenvolvem. O que se discutiu em Punta Del Este

está longe da realizada atual, pois, a Aliança Para o Progresso, segundo recorte de jornais de ontem, não satisfaz ao mundo subdesenvolvido latino-americano. Tanto assim que, depois da Aliança para o Progresso, o produto nacional bruto da maioria, senão da totalidade dessas Nações, diminuiu. E', portanto, interessante o discurso de V. Exa., porque focaliza pontos de interesse nacional, latino-americano e até internacional, num campo muito mais vasto. Se houvesse um Plano Marshall para nós, sem a perda de nossa independência, estaríamos muito longe da situação degradante em que nos encontramos. Preservada a independência da Alemanha, da França e de outros Países, aproveitando-se do Plano Marshall aqueles Países se desenvolveram desde aquele momento e falam, de igual para igual, com os Estados Unidos. Por que não tomarmos, também, a posição que seria natural, de liderança latino-americana para falarmos, de igual para igual, no campo político, com outras Nações mais poderosas? Agora mesmo a Argentina passou-nos à frente, quando sugeriu a convocação de uma reunião de líderes para discutir problemas de interesse coletivo e nós ficamos quedos e mudos, à espera de quê? De uma ordem de fora para dentro?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Exa., Senador Aurélio Viana, com o qual estou de pleno acordo.

Agora mesmo, no México, o Presidente Lyndon Johnson, citando o pedido da Argentina, disse que teria de modificar sua política com relação à América Latina.

O Sr. Aurélio Viana — Se modifica, é porque reconhece que estava errado.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Contudo o mais difícil é fazer com que certos assessores do nosso Governo compreendam que devem seguir uma política como a do México. Este, no ano passado, investiu um bilhão e quatrocentos milhões de dólares, enquanto que os estrangeiros, naquele país, investiram cento e cinquenta e sete milhões de dólares. E o que puderam os brasileiros investir? Nada!

(Lendo):

"Também será necessário aceitar o fato de que a América Latina está nascendo para o mundo, e não pode ser encarada como uma guarda especial dos Estados Unidos. Devemos estar preparados para ver os países da América Latina, cujos canais para o exterior têm tradicionalmente passado através de Washington, começando a estabelecer novas relações com a Europa, com a Ásia e a África, algumas das quais podem não ser muito de nosso agrado. Devemos reconhecer que o paternalismo não é mais uma base favorável de trabalho para nossas relações com a América Latina, que, como o Presidente Frei, do Chile, disse na França no último verão: "Os povos da América Latina desejam a verdadeira independência política e econômica; eles desejam um sistema sem hegemonia".

O Presidente Eduardo Frei, que tomou parte no movimento de nacionalização das minas de cobre, é citado neste documento.

(Lendo):

"De minha parte, prefiro a América de Lincoln a de Adlai Stevenson. Prefiro ter meu país como amigo do que como inimigo dos anseios por justiça social; prefiro ver os comunistas tratados como seres humanos, com toda a capacidade humana para o bem

e para o mal, para a sabedoria e para a loucura, do que como um aglomerado de malfazeja abstração; e prefiro ver meu país no rol dos amigos simpáticos da Humanidade do que como seu truculento e arrogante mestre-escola".

Quem proferiu tão sábias, conscientes, justas e equilibradas palavras? Algum inimigo da atual situação dominante na grande República Norte-Americana? Algum líder comunista, agitador profissional ou alguém comprometido com as esquerdas?

Não, Senhor Presidente, quem as disse, com as enormes responsabilidades de suas funções de Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, foi o denodado, culto e acatado Senador William Fulbright. Enquanto esse bravo Senador dissesse e julga, serena, corajosa e profundamente, os troços da política exterior de seu País, notadamente com relação à América Latina, aqui dentro "políticos menores", possuídos do tão conhecido orgulho dos lacaios, esbravejam e berram as excelências daquela política. E depois, numa indignidade que os diminui até mesmo perante os seus senhores e amos, passam o resto da existência aguardando recompensas pela inglória tarefa. Tarefa, repetimos, inglória que não nos cantaremos jamais de combater.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Tenha a bondade.

O Sr. Gay da Fonseca — Acompanhei o pronunciamento do Senador Fulbright, que V. Exa. acaba de ler e que, aliás, V. Exa. já me havia mostrado anteriormente. Agora, para com o pronunciamento do Senador Fulbright, no que tange a política do seu país, não admito que se chegue ao ponto de criticar a política brasileira. V. Exa. está desenvolvendo uma ordem de pensamento que, certamente, concluirá para que o Brasil ache o seu caminho dentro da sua origem, da sua tradição e da sua realidade. Mas, para robustecer esse raciocínio, V. Exa. vai buscar exemplos de outros países. Julgo que nós devemos olhar a realidade da situação brasileira e, dentro dessa realidade brasileira, não seguir o exemplo de outros países, e sim, sentir a experiência por eles empreendida, para depois fazermos essa experiência. Não entendemos, porém, nobre Senador, quando V. Exa. declara que a política exterior que está sendo desenvolvida pelo Brasil seja uma política de subserviência, de entreguismo. Não concordo com essa afirmação e essa assertiva. Entendo que o Brasil tem procurado reformular sua política interna e sua política externa, saindo, como saiu, o país do caos, saído, como saiu, do desastre, saído, como saiu da desordem, da ameaça presente real e concreta, de uma degredolada total. Ora, não aceito — mesmo repetindo o ponto de vista de V. Exa. — que a conclusão a que queira chegar seja a de que nós não somos independentes, de que os homens responsáveis pela política externa do País, e mesmo pela política interna, no que tange ao planejamento, recebem os adjeitos que V. Exa. acaba de lhes atribuir. Entendo eu que independência não significa discórdia; que independência não significa agressão; diálogo, ajustamento e concordância também não significam, de outra parte, uma entrega do País a posições assumidas por terceiros.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Vossa Excelência sabe como aprecio o caráter de V. Exa. Mas posso deixar de

repetir o que já tenho dito muitas vezes: se nós compramos concessionárias por 372 milhões de dólares, forçados; se deixamos fotografar este País, sob todos os ângulos; se compramos Companhia Telefônica; se somos obrigados a assinalar acordo de investimentos prejudicial ao Brasil, cuja cláusula 9ª diz que "Seis meses antes de ser terminado este acordo será ele denunciado"; quando, por lei, pelo menos 20 anos teremos de garantia...

Dentro em pouco, ilustre Senador, teremos que apreciar o acordo sobre energia atômica, que já tramitou pela Câmara dos Deputados. Aqui há homens capazes que poderiam dizer a V. Exa. o que é o acordo sobre energia atômica. Não sei qual será o voto do Senado, nem quero saber, no momento. Mas de antemão afirmo: lutarei com todas as minhas forças para que esse acordo não seja aprovado. Não porque tenha medo de alguém, e sim porque não podemos entregar a energia que, dentro de 30 anos, será a energia única do mundo. Já temos o exemplo da França que, dentro de 5 anos, terá mais energia atômica instalada do que todo o conjunto de energia térmica e hidrelétrica.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Com muito prazer.

O Sr. Aurélio Viana — No que tange às observações feitas sobre pronunciamentos de senadores norte-americanos V. Exa. foi malentendido. V. Exa. não está buscando fora exemplos para seguirmos no Brasil. O que V. Exa. está ressaltando é que as nossas vozes, as vozes que lutam pelo princípio da autodeterminação e não intervenção, as vozes que lutam pelo princípio da independência econômica, financeira e social do nosso país, estas vozes estão encontrando eco dos Estados Unidos.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Muito bem!

O Sr. Aurélio Viana — E há muitos políticos de nomeada norte-americanos que, sentindo os nossos problemas, estão compreendendo e denunciando já o que denunciaremos daqui — que a política norte-americana vem sendo nociva à paz continental e ao desenvolvimento dos países e povos latino-americanos. Assim deve ser entendido o pensamento de V. Exa. que está declarando desta tribuna que o clamor dos povos em desenvolvimento e subdesenvolvidos está encontrando, eco até mesmo nas vozes liberais, nas vozes democráticas que existem, felizmente, nos Estados Unidos da América. Aqui mesmo tenho em mãos uma nota importante: na reunião do Panamá o que aconteceu? O Delegado do Brasil denunciou a política norte-americana e juntou-se ao México e ao Chile — dois países que se vêm apresentando como campeões das liberdades dos povos latino-americanos — para denunciar a Carta da OEA e pedir uma alteração substancial nela e, inclusive, sobre a questão de envio de força, da criação de uma Força Interamericana, e a sua palavra foi decisiva e ecoou tão forte que agora mesmo os jornais noticiam a ida do Embaixador Pío Correa a Norte-América para explicar o que já está por demais claro, porque as palavras do nosso representante na reunião do Panamá são claríssimas — falava em nome do Brasil, não sei se em nome do Governo Brasileiro.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite o nobre orador um aparte? (Assentimento) — O aparte do Senador Aurélio Viana é por demais claro, ele vem colaborar com o meu pronunciamento em aparte anterior.

A manifestação do Brasil no Panamá foi mais um testemunho de independência da política externa brasileira — Foi a afirmação da independência brasileira — não se curvou ante aquilo que chama de prepotência das ideias coletivas do Direito e da soberania nacional. Eu já havia anteriormente apertado V. Exa. Não vou tumultuar mais o discurso que V. Exa. vem fazendo, para declarar que Vossa Excelência não tenha preocupação quando da apreciação do acordo atômico com os Estados Unidos. Estou convencido de que esta Casa é composta de patriotas, de homens que buscam o interesse nacional. Consequentemente, só este espírito norteará a decisão que aqui for tomada, porque somos daqueles que querem a autodeterminação dos povos, a afirmação do Brasil neste Continente e no mundo, e só esse espírito haverá de guiar a nossa decisão.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Exa. Posso informar a V. Exa. que outro não é o meu ponto de vista. Não somos contra o capital estrangeiro que vem nos ajudar e sim contra aqueles que querem levar o seu capital de volta em três ou quatro anos. Não sou contra aqueles que vêm lutar conosco, ombro a ombro, pelo desenvolvimento do Brasil. Somos contra aqueles que pensam que somos nativos, que nada valem.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. outro aparte? (Assentimento do orador) — O nobre Senador pelo bravo Estado do Rio Grande do Sul, e a Casa irão ouvir estas palavras publicadas no "Jornal do Brasil" de ontem:

"Na reunião do Panamá, onde examinou-se, com mais profundidade, a reforma da Carta da OEA, o Brasil surgiu com duas cabeças. O Embaixador Ilmar Pena Marinho, Representante brasileiro na OEA e atual Presidente do Conselho da Organização, fez um discurso defendendo o fortalecimento desse Conselho e sugerindo, indiretamente, a necessidade de criação de uma força interamericana de paz em caráter permanente. Já o Embaixador Azeredo Silveira, Chefe de nossa Delegação, combateu com violência o projeto norte-americano fortalecendo o Conselho da OEA e pediu a adoção de medidas econômicas violentamente combatidas pelos Estados Unidos. Sabe-se que Ilmar Pena Marinho fez chegar ao Itamarati, por via particular, as inquietações norte-americanas a respeito do comportamento diplomático do Brasil. Não aceita ele, de modo especial, a argumentação oficial que reduz o seu discurso no Panamá a um pronunciamento do Presidente do Conselho da OEA e não do Delegado Brasileiro junto à Organização. Para Ilmar, e aqui estão os itens das inquietações norte-americanas, o Brasil não podia ter comportamento diferentes em Washington, sua área de ação como Delegado brasileiro, e no Panamá. O Embaixador Pio Corrêa estaria explicando, portanto, as razões. Em Washington, o Brasil é o principal sustentáculo da política dominicana dos Estados Unidos, na qual os norte-americanos procuram elementos que justifiquem a criação de uma força interamericana permanente. No Panamá, o Delegado brasileiro foi um decidido aliado do México e do Chile, os principais adversários dessa força. As vésperas da reunião do Panamá, o New York Times escreveu um editorial com a seguinte afirmação: As teses de segurança coletiva do hemisfério dividem-se entre medidas militares de caráter intervencionis-

ta e medidas de desenvolvimento econômico que permitem com a pobreza e a ignorância. Somente os Estados Unidos, o Brasil e alguns países da América Central se interessam pelas primeiras. Isto era o que também pensava o Departamento de Estado. A reunião do Panamá, no entanto, tumultuou um pouco as coisas. E lá se foi o Embaixador Pio Corrêa tentar desmanchar o tumulto".

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço o aparte de V. Exa. Eu ia citar o artigo, que lei e sei representar a realidade.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite-me V. Exa. um aparte?

OSR. JOSÉ ERMÍRIO — Pois não! O Sr. Gay da Fonseca — Quero esclarecer a V. Exa. e ao nobre Senador Aurélio Viana que não desconheço o fato. O comentário do jornal, ao frizar que o Brasil compareceu com duas cabeças, esqueceu-se de que a posição do embaixador Ilmar Pena Marinho, na conferência, não é de representante do Brasil mas de representante do Conselho da OEA. Quem falou em nome do Brasil foi o seu delegado, que defendeu a tese tão brilhantemente esposada pelo México e pelo Chile, e que hoje é aplaudida por Vossa Excelência, pelo ilustre Senador Aurélio Viana e muitos outros brasileiros.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Agradeço ao nobre Senador. Mas o fato é o seguinte: se V. Exa. viajar pela América Latina, hoje — eu gostaria que viajasse...

O Sr. Gay da Fonseca — Eu também gostaria!

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — ... veria o que acontece no Brasil. Seria importante que o Senado mandasse uma comissão viajar por todos esses países. Essa comissão chegaria à conclusão do que pensam sobre o Brasil de hoje. Eles pensam que o Brasil, hoje, está repleto de glória, o que não nos cansaremos jamais de combater. São estas as considerações, Senhores Senadores, que trazemos ao conhecimento de V. Exas.

Não somos contra qualquer acordo que venha a melhorar o Brasil, mas contra aqueles que venham a dominar, por anos e anos, um país subdesenvolvido e que, desta forma, nunca mais será independente. (Muito bem! Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Oscar Passos
Zacharias de Assumpção
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Sigefredo Pacheco
Manoel Vilça
Domício Gondim
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Dylton Costa
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Bezerra Neto
Gay da Fonseca

O SR. PRESIDENTE: (Nogueira da Gama) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 149, de 1966

Acaba de falecer em Belém, Pará, o jornalista João Paulo de Albuquerque Maranhão, como era conhecido em todo o Brasil, representava no jornalismo, não apenas a pujança intelectual do Estado Pará, mas simbolizava a capacidade de luta da intelectualidade de toda a Amazônia.

Sua ação se fez sentir nos mais variados campos, desde o magistério, como magnífico professor na velha Escola Normal do Estado, na literatura, como poeta, até a política, como deputado estadual e federal, com atitudes marcantes de um grande homem público. Se possuía adversários ferrenhos, incomparavelmente maior era a legião dos seus admiradores, que o respeitavam, e nele viam o destemor e um escudo de garantia de suas liberdades.

Pelo falecimento do ilustre amazonense, que, segundo o noticiário, desaparece aos 94 anos de idade, requeremos inserção, na ata dos nossos trabalhos, de voto de profundo pesar, comunicando-se a homenagem do Senado Federal ao Governo do Pará, à família enlutada e à empresa "Folha do Norte" sua organização jornalística.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1966. — Edmundo Levi — Cattete Pinheiro — Adalberto Sene — Ermirio de Moraes — Aloysio de Carvalho Eurico Rezende — Gay da Fonseca — Menezes Pimentel.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Mesa caberá cumprir a decisão do Senado, fazendo inserir na Ata dos nossos trabalhos um voto de profundo pesar pelo falecimento do antigo jornalista e parlamentar Paulo Maranhão. Comunicará ao Governo do Estado do Pará, à família enlutada e à empresa "Folha do Norte", organização jornalística que o extinto dirigia, a homenagem desta Casa.

A Mesa associar-se, por intermédio, a essa homenagem, que é de todo em ser justa, ao cminente morto no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está esgotado o período destinado ao Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:
Votação, em turno único, ao Projeto de Decreto-Legislativo nº 37, de 1965 originário da Câmara dos Deputados (nº 158-A-64, na Casa de origem), que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao registro dos contratos celebrados entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e 429 adquirentes de glebas de terra situadas em área de Southern Brazil Lumber and Colonization Company, tendo pareceres favoráveis (sob nºs 225 e 226, de 1966) das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças

Trata-se de matéria em fase de votação. Não havendo o quorum regimental, fica adiada para a próxima sessão.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Pela ordem — Sem repulso do orador) — Senhor Presidente, na pauta dos nossos trabalhos, a matéria de maior densidade e também de maior número, é a relativa a redações finais.

Parece-me, segundo o Regimento Interno, que não ocorrendo a incidência de emendas, a matéria é aprovada.

independentemente de quorum, que deve ser qualificado para outras proposições.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Respondo à questão de ordem levantada pelo nobre Senador Eurico Rezende, lendo o inteiro teor do art. 316-A do Regimento Interno, assim redigido:

"Se, figurando a redação final na Ordem do Dia, a sua discussão for encerrada sem emendas ou retificações, ou alguns Senador não requerer seja submetida a votos, será considerada definitivamente aprovada independentemente de votação.

Devo esclarecer, nobre Senador, que constantemente estão na pauta redações finais que, por falta de emendas ou de requerimentos são aprovadas independentemente de votação. Há, porém, uma providência que não pode ser prescindida, a da discussão. Por isto, a Presidência é obrigada a anunciar a matéria para discussão em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama)

Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 253, de 1966) do Projeto de Resolução número 52, de 1966, que suspende, nas partes que menciona, a execução da Constituição e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado de São Paulo.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos par aque a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto irá à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução nº 52, de 1965.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº, DE 1965

Suspende, nas partes que menciona, a execução da Constituição e do Ato das Disposições Constitucionais do Estado de São Paulo.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida, em 3 de outubro de 1947, pelo Supremo Tribunal Federal, na Representação nº 96, a execução do art. 6º, § 2º do art. 16, alínea "1" do art. 21, alínea "d" do art. 43, parágrafo único do art. 44, § 1º do art. 45, alíneas "a", "b" e "d" do art. 65, art. 66, § 1º do art. 77, artigos 85 e 87 e parágrafo único do art. 146 da Constituição e inciso I do art. 3º (quanto à nomeação de Prefeitos), art. 28 e alínea "f" do artigo 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama)

Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu parecer número 254, de 1966) do Projeto de Resolução número 17, de 1966, que suspende a execução das Leis números 2.361, 2.363, 2.364, 2.365 e 2.366, todas de 5 de dezembro de 1962, do Estado do Piauí.

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar fazer uso da palavra, encerra-
rei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.
Não havendo emendas, nem requeri-
mentos para que a redação final seja
submetida a votos, é a mesma da-
da como definitivamente aprovada.
Independente de votação, nos termos
do art. 316-A, do Regimento Interno.
O projeto irá à promulgação.

É a seguinte a redação final
aprovada:

*Redação final do Projeto de Re-
solução nº 17, de 1966.*

Faço saber que o Senado Federal
aprovou, nos termos do art. 64 da
Constituição Federal, e eu,
Presidente, promulgo a
seguinte

RESOLUÇÃO Nº, DE 1966
*Suspende a execução das Leis núme-
ros 2.361, 2.363, 2.364, 2.365 e 2.366,
todas de 5 de dezembro de 1962,
do Estado do Piauí.*

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa, por inconstitu-
cionalidade, nos termos da decisão
definitiva proferida pelo Supremo
Tribunal Federal, em 19 de novembro
de 1965, na Representação nº 575, a
execução das Leis números 2.361, ...
2.363, 2.364, 2.365 e 2.366, todas de 5
de dezembro de 1962, do Estado do
Piauí.

Art. 2º Esta Resolução entrará em
vigor na data de sua publicação, re-
vogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da
Gama)

Item 4:

*Discussão, em turno único, da
Redação Final, oferecida pela
Comissão Diretora em seu Parecer
número 251, de 1966, do Projeto
de Resolução número 18, de 1966,
que concede aposentadoria a Alci-
des de Oliveira, Ajudante de
Porteiro, do Quadro da Secretaria
do Senado Federal.*

Em discussão a redação final.
Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar fazer uso da palavra, encerra-
rei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.
Não havendo emendas, nem requeri-
mentos para que a redação final seja
submetida a votos, é a mesma da-
da como definitivamente aprovada.
Independente de votação, nos termos
do art. 316-A, do Regimento Interno.
O projeto irá à promulgação.

É a seguinte a redação final
aprovada:

*Redação final do Projeto de Resolu-
ção nº 18, de 1966, que concede apo-
sentadoria a Alcides de Oliveira
Ajudante de Porteiro, PL-7, do
Quadro da Secretaria do Senado
Federal.*

A Comissão Diretora apresenta a
redação final do Projeto de Resolu-
ção nº 18, de 1966, nos seguintes ter-
mos:

RESOLUÇÃO Nº, DE 1966

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, nos
termos do art. 1º da Resolução nú-
mero 37, de 23 de novembro de 1962,
combinado com os artigos 5º da Lei

nº 288, de 8 de junho de 1948; 1º da
Resolução nº 16, de 1963; e 345, item
IV da Resolução nº 6, de 1960, ao
cargo de Porteiro, PL-6, com os pro-
ventos de Chefe da Portaria, PL-3, e
a gratificação adicional a que faz jus,
o Ajudante de Porteiro PL-7, do
Quadro da Secretaria do Senado Fe-
deral, Alcides de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da
Gama)

Item 5:

*Discussão, em turno único, da
redação final, oferecida pela Co-
missão Diretora em seu Parecer
número 247, de 1966, do Projeto
de Resolução número 19, de 1966,
que concede aposentadoria a Cla-
rice Sobre. Ribeiro Gonçalves,
Vice-Diretora-Geral Legislativa,
PL-0, do Quadro da Secretaria
do Senado Federal.*

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores qui-
ser fazer uso da palavra, encerrarei
a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requeri-
mentos para que a redação final
seja submetida a votos, é a mesma
dada como definitivamente aprovada
independente de votação, nos termos
do Art. 316-A, do Regimento Interno.
O projeto irá à promulgação.

É a seguinte a redação final
aprovada:

*Redação final do Projeto de Resolu-
ção nº 19, de 1966, que concede apo-
sentadoria a Clarice Sobre. Ribeiro
Gonçalves, Vice-Diretora-Geral
Legislativa, PL-0, do Quadro da
Secretaria do Senado Federal.*

A Comissão Diretora apresenta a
redação final do Projeto de Resolu-
ção nº 19, de 1966, nos seguintes ter-
mos:

RESOLUÇÃO Nº, DE 1966

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada com os
proventos correspondentes ao cargo
de Diretor-Geral, PL, do Quadro da
Secretaria do Senado Federal, nos
termos do art. 191 § 1º da Constitu-
ção Federal, combinado com os arti-
gos 345, item IV e 349, da Resolução
nº 6, de 1960, e a gratificação ad-
cional a que faz jus, a Vice-Direto-
ra-Geral Legislativa, PL-0, Clarice
Sobre. Ribeiro Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da
Gama)

Item 6:

*Discussão, em turno único, da
redação final (oferecida pela Co-
missão de Redação, em seu pare-
cer número 250, de 1966) do Pro-
jeto de Decreto Legislativo núme-
ro 45 de 1965 (número 235-BA-35
na Casa de origem) que aprova o
texto do Acórdão Básico de Assis-
tência Técnica assinado entre o
Governo dos Estados Unidos, do
Brasil e a Organização das Na-
ções Unidas e suas Agências espe-
cializadas, no Rio de Janeiro,
Guanabara, aos 22 dias do mês de
dezembro de 1964.*

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar fazer uso da palavra, encerra-
rei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requeri-
mentos para que a redação final
seja submetida a votos, é a mesma
dada como definitivamente aprovada
independente de votação, nos termos
do Art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final
aprovada:

*Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 45, de 1965 (nº 235-
B-65, na Casa de origem).*

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal aprovou, nos termos do art. 66,
nº I, da Constituição Federal, e eu,
....., Presidente
do Senado Federal, promulgo o se-
guinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº .., DE
1966**

*Aprova o Acórdão Básico de Assis-
tência Técnica, assinado, em 29 de de-
zembro de 1964, na cidade do Rio
de Janeiro, entre o Governo dos
Estados Unidos do Brasil, a Or-
ganização das Nações Unidas e outros
Organismos Internacionais.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Acórdão Básico
de Assistência Técnica, assinado, em
29 de dezembro de 1964, na cidade do
Rio de Janeiro, entre o Governo dos
Estados Unidos do Brasil e a Organi-
zação Internacional do Trabalho, a
Organização das Nações Unidas para
a Alimentação e a Agricultura, a Or-
ganização das Nações Unidas para a
Educação, a Ciência e a Cultura, a
Organização de Aviação Civil Inter-
nacional, a Organização Mundial de
Saúde, a União Internacional de Te-
lecomunicações, a Organização Me-
teteorológica Mundial, a Agência Inter-
nacional de Energia Atômica e a
União Postal Universal, membros da
Junta de Assistência Técnica.

Art. 2º Este Decreto Legislativo en-
trará em vigor na data de sua publi-
cação revogadas as disposições em
contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da
Gama)

Item 7:

*Discussão, em turno único, da
redação final (apresentada pela
Comissão de Redação em seu Pa-
recer número 246, de 1966), do
Projeto de Lei do Senado número
2, de 1963, de autoria dos Senhores
Senadores Afonso Leões e Gil-
berto Marinho, que acrescenta um
parágrafo ao artigo 67, da Lei
número 3.807, de 26 de agosto de
1960 (Lei Orgânica da Previdência
Social).*

Em discussão a Redação Final.
(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra
para discussão, dou-a como encerra-
da.

Sem emendas e sem requerimento
para que a Redação Final seja sub-
metida a votos, é ela dada como de-
finitivamente aprovada, independente
de votação, nos termos do art. 316-A
do Regimento Interno.

O projeto irá à Câmara dos Depu-
tados.

É a seguinte a Redação Final
aprovada:

*Redação final do Projeto de Lei do
Senado nº 2, de 1963, que acrescen-
ta um parágrafo ao art. 67 da Lei
nº 3.807, de 1960 (Lei Orgânica da
Previdência Social).*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 67 da Lei nº 3.807,
de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgâ-
nica da Previdência Social), é acresci-
do do seguinte parágrafo:

"Art.

§ 5º Os valores mensais das apo-
sentadorias por invalidez ou por ve-
lhosidade, independentemente de
qualquer formalidade, reajustadas
sempre que sejam inferiores aos do
salário-mínimo regional."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da
Gama)

Item 8:

*Discussão, em turno único, da
redação final, oferecida pela Co-
missão de Redação, em seu Pare-
cer número 248, de 1966; do Pro-
jeto de Lei do Senado número 59,
de 1964, de autoria do Sr. Sena-
dor Bezerra Neto, que reduz o
prazo para aquisição da naciona-
lidade brasileira ao natural de
pais fronteiriço, e dá outras pro-
vidências.*

Em discussão a Redação Final.
(Pausa)

Não havendo quem peça a palavra
para discussão, dou-a como encerra-
da.

Sem emendas, nem requerimento
para a Redação Final seja submetida
a votos, é ela dada como definitiva-
mente aprovada, independente de vo-
tação, nos termos do art. 316-A do
Regimento Interno.

O projeto irá à sanção.

É a seguinte a Redação Final
aprovada:

*Redação final do Projeto de Lei do
Senado nº 59, de 1964 (nº 2.564-A-
65, na Câmara dos Deputados), que
reduz o prazo para aquisição da na-
cionalidade brasileira, e dá outras
providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 818, de
18 de setembro de 1949, que regula a
aquisição, a perda e a reaquisição da
nacionalidade, e a perda dos direitos
políticos, passa a vigorar com a se-
guinte redação:

"Art. 9º O prazo de residência, fi-
xado no art. 8º, nº II, será reduzido,
quando o naturalizado preencher
qualquer das seguintes condições:

I — ter filho ou cônjuge brasileiro;
II — ser filho de brasileiro ou bra-
sileira;

III — recomendar-se por sua capa-
cidade profissional, científica ou ar-
tística;

IV — ser agricultor ou trabalhador
especializado em qualquer setor in-
dustrial;

V — ter prestado ou poder prestar
serviços relevantes ao Brasil, a juízo
do Governo;

VI — ser ou ter sido empregado em
missão diplomática ou repartição
consular do Brasil, bem como de pes-
soa jurídica brasileira no exterior, e
contar dez anos contínuos de bons
serviços;

VII — ser natural de país fronteiri-
ço ao Brasil;

VIII — ter, no Brasil, bem imóvel,
do valor mínimo de Cr\$ 2.000.000
(dois milhões de cruzeiros), ser agri-
cultor ou industrial que disponha de
fundos de igual valor; ou possuir po-
ta integralizada de montante, pelo
menos, idêntico, em sociedade comer-
cial ou civil destinada, principal e
permanentemente, ao exercício da
indústria ou da agricultura.

Parágrafo único. A residência será
de 1 (um) ano, no caso do nº II; de
2 (dois) anos, nos casos dos ns. I, VI
e VII; e de 3 (três) anos, nos de-
mais."

Art. 2º O item VI do § 1º do art.
10, da Lei nº 818, de 18 de setembro
de 1949; alterada pela Lei nº 3.192,
de 4 de julho de 1957, passa a vigorar
com a seguinte redação:

"VI — certidões ou atestados que
proven, quando for o caso, as con-
dições do art. 9º, ns. I a VIII."

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas
as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama)

Item 9:

Discussão, em turno único, da Redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer número 249, de 1966, do Projeto de Lei do Senado número 46 de 1965, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Tôrres, que declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença, com sede em Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Em discussão a Redação Final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra para discussão, deu-a como encerrada.

Sem emendas e sem requerimento para a Redação Final seja submetida a votos, é ela dada como definitivamente aprovada, nos termos do art. 316-A do Regimento Interno.

O projeto irá à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a Redação Final aprovada.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1965, que declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Valença, com sede em Valença, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Valença, com sede em Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama)

Item 10:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 257, de 1966) do Projeto de Lei do Senado número 51, de 1965, de autoria do Sr. Senador Ruy Palmeira, que amplia vantagens constantes do artigo 180 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Srs. Senadores deixar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno. O projeto irá à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, segunda-feira, segundo a tradição, é o dia dos discursos tranquilos, das redações finais.

Hoje, no entanto, o nobre Senador José Ermírio brindou-nos com um discurso de amplitude, reverador de mar alto, com uma manifestação de sentimento continental enquanto eu pobre nadador de piscina, venho falar sobre assunto de minha Província que está preocupando grandemente os nossos produtores.

A propósito, ainda, hoje, apresentei um projeto de lei que visa alcançar, pelo menos, um dos aspectos das reivindicações desses produtores: é o

projeto de Lei que o Sr. 1º Secretário leu no início do nosso expediente.

Procura este projeto, alterando o artigo 9º da Lei número 3.253, de 27 de agosto de 1957, elevar o teto de um milhão para 20 milhões, para os financiamentos previstos na citada lei.

O projeto, Sr. Presidente, vem a propósito da série de protestos, de solicitações e de reivindicações que me é encaminhada pelos rio-grandenses, preocupados com esta situação. E é por isto, Sr. Presidente, que, humildemente, volto a tratar da suinocultura do Rio Grande do Sul. Compreende-se: é segunda-feira.

A suinocultura no Rio Grande do Sul, Sr. Presidente, é o principal meio de produção em valor. E não apenas em valor: é também a de maior repercussão social, já que os pequenos produtores do meu Estado nela basearam a sua economia total e parcialmente.

Hoje, os produtores acusam a COBAL de ser a principal responsável, com a importação, feita em fins de 1964 e em princípios de 1965, de 11 mil toneladas de banha americana e 20 mil toneladas de óleos vegetais, marcado, tendo ocasionado a crise que perdura até hoje.

Mas vamos tomar conhecimento da situação, pelo documento que passarei a ler.

“Os suinocultores sugerem que a COBAL adquira os excedentes de banha pelo custo exato do produto”.

Como é simples o que pedem: “pelo custo exato do produto”, quando o Estatuto da Terra determina que a produção, depois de constatado o seu preço de custo, mereça um lucro de, pelo menos, 30%. O Estatuto da Terra, então, contraria, frontalmente, a opinião do nobre Senador Eurico Rezenda, quando, outro dia, em apartes, se colocava contra as reivindicações dos produtores do meu Estado.

E quem mais os produtores do Rio Grande do Sul: “a revogação da taxa de investimentos da pecuária, que onera a produção, sem trazer à suinocultura qualquer vantagem.”

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exª um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com prazer.

O Sr. José Ermírio — Veja V. Exª: não temos dinheiro para fazer da Petrobrás uma grande empresa petroquímica, porém temos dinheiro para importar banha e outros produtos da suinocultura a fim de arrasar a produção de um Estado. O que é isto, finalmente? Por que entregamos a petroquímica a firmas estrangeiras e por que temos dinheiro para comprar produto que possuímos? A COBAL tem poderes para examinar detalhadamente cada item. No ano passado comprou à razão de Cr\$ 3.000 e saca do milho e, quatro a cinco meses depois, vendeu esse milho a Cr\$ 5.000 na praça. Quer dizer, o produtor do Rio Grande do Sul vender o produto abaixo do custo ou pelo custo e os especuladores vendem-no até a Cr\$ 5.000 a sacas. Por que esta perseguição aos que produzem neste País?

O SR. GUIDO MONDIN — O nobre Senador José Ermírio tem toda a razão. Não é preciso comentar o seu aparte. Ele está no consenso geral.

Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul constituiu uma comissão especial para examinar a situação da suinocultura no meu Estado. Numa das suas reuniões, essa Comissão ouviu a direção do Sindicato da Indústria dos Produtores Suínos do Rio Grande do Sul. Nessa ocasião houve a manifestação que vou ler esboçando dela aquelas partes do texto que não me parece necessário divulgar, para que a Casa

tome conhecimento, apenas, primeiro, da justificação dessas reivindicações e, em segundo lugar, da série de reivindicações propriamente apresentadas por uma entidade que, no Rio Grande do Sul, engloba todas as demais organizações empenhadas no setor econômico da suinocultura.

Dizem eles, apontando as causas principais da atual situação: (18:)

a) *Desigualdade na tributação* — dedicadas ao ramo, existem em nosso Estado, quarenta (40) empresas, representando o esforço e a dedicação da iniciativa privada na árdua tarefa de industrializar uma das maiores fontes de riquezas do Rio Grande do Sul. Paralelamente, também se dedicam à referida industrialização treze (13) Cooperativas.

As primeiras, descontam o imposto sobre Vendas e Consignações do produtor no ato da compra e também são tributadas por ocasião da venda de sua produção. As Cooperativas não aplicam o referido desconto e substancial parcela de sua produção também é isenta daquele imposto no ato da venda.

Fácil é deprender que a desigualdade de tratamento tributário, como apontado — além de reduzir de forma expressiva as condições competitivas — economicamente representam, para a iniciativa privada, uma situação praticamente insustentável. As empresas privadas são sufocadas, econômica e financeiramente, tanto na área de compra da matéria-prima, como no mercado competitivo da venda;

b) *Intervencionismo estatal* — A título de estabilizar mercados, a COBAL tem atuado em linha diametralmente oposta à produção. As importações de banha e de óleos comestíveis, realizadas por aquele órgão estatal, em fins de 1964 e início de 1965 criaram tumulto no mercado interno e prejudicaram altamente a produção nacional.

Ainda no decorrer de 1965, a COBAL voltou a importar produto estrangeiro, não obstante as reiteradas ofertas do produto nacional, que já saturava o mercado. De uma oferta de 4.266 toneladas de banha nacional, a COBAL apenas adquiriu cerca de 1.000 toneladas, a um preço inferior ao custo, visto que as indústrias não tinham mais condições de estocagem;

c) *Política de contenção de preços* — Teoricamente bastante louvável, a política de contenção de preços estabelecida pelo Governo Federal vem gerando profundas distorções e dificuldades na adequação de parte das empresas, no que se refere aos seus custos de produção e os preços de venda contidos pela política econômico-financeira governamental. Note-se, em contrapartida, que a inflação ainda não foi contida porque a pressão tributária tem sido aumentada consideravelmente;

O Sr. Bezerra Neto — Permite V. Exª um aparte? (Assentimento do orador). Nobre Senador, o que se vê nesse documento que V. Exª está lendo é um ataque frontal ao cerne, ao que há de essencial na política econômico-financeira do Governo. Denuncia não só a pressão tributária que favorece a inflação como também a falta de assistência, de fomento, ainda mais, liberando a importação contra o produtor nacional. Tudo isso se contém nesse documento lido por V. Exª.

O SR. GUIDO MONDIN — Nada direi quanto à primeira parte do aparte de V. Exª, mas, quanto a segunda, é precisamente o que venho dizendo, repetidas vezes, neste Plenário. Essa falta de assistência não pode prosseguir. Aqui temos mais um documento que atesta o desespero em que se encontram os produtores do Estado, como ainda há pouco mencionou o nobre Senador José Ermírio, de uma estruturação profundamente tutuosa.

Dessa forma, teremos de concordar com Franklin de Oliveira, quando diz que, no Rio Grande, também há uma nordestização.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com grande prazer, Senador.

O Sr. Gay da Fonseca — Eu estava inscrito para falar sobre o Rio Grande também, e desistirei da minha inscrição para o dia de hoje, porque V. Exª, está falando num assunto específico, mas está falando sobre o Rio Grande. A crise daquele Estado, como V. Exª, salienta, é das mais sérias. Se nós nos detivermos — e eu tenho comigo dados — na análise do orçamento do Rio Grande do Sul, nos últimos doze anos, vamos ter um retrato do empobrecimento do Estado: a situação do Rio Grande, de 1953 a 1965. Tomando 1953 como ano-básico, veremos que o aumento de receita do Estado não chegou a 100%, quando houve aumento de produção, e assim por diante. E mais: nos últimos doze anos, no Rio Grande do Sul, a nossa previsão orçamentária se defrontou sempre com déficits comprovados em quase todos os anos, ressalvado o de 1964.

O SR. GUIDO MONDIN — Vossa Exª, tem toda a razão, Senador Gay da Fonseca. Eu gostaria imensamente que V. Exª, pronunciasse o discurso que anunciou. No entanto, quero ser o primeiro a aconselhá-lo — não o faça hoje. Olhem para o plenário! Além de um deputado, que nos visita, dois nobres colegas apenas, e que, num gesto de abnegação, de uma fraternidade comovente, aqui estão para ouvir-me, tanto é que, em razão disso, para precisamente não abusar de tanta bondade, serei veloz no término deste discurso.

O Sr. Gay da Fonseca — V. Exª, permite ainda um aparte? (Assentimento do orador). Não aceito a qualificação que V. Exª, dá aos dois Senadores que o estão ouvindo com atenção, porque V. Exª, pronuncia discurso de interesse de um Estado da Federação e, conseqüentemente, do interesse do Brasil.

O SR. GUIDO MONDIN — Este é o fato. Mas a constatação é aquela precisamente de que falei...

O Sr. Edmundo Levi — V. Exª, como sempre, está tratando de assunto de alto interesse, não só do seu Estado, mas de todo o Brasil. Nesta oportunidade, ainda quero, talvez com um pouco de malícia, salientar que se V. Exª, faz tais críticas — V. Exª, cujo Estado tem quatro Ministros do Governo e, ainda, o Líder do Governo no Senado — que farão os representantes daqueles pobres Estados do Norte e Nordeste, que não têm uma voz sequer que fale por eles junto ao Governo? Não dispomos da feliz posição desses Ministros, que estão a todo instante, por certo, a gritar em defesa dos seus direitos. Nós, quando gritamos, quando reclamamos, ou somos taxados de subversivos ou de corruptos ou de saudosistas. Apreensão a V. Exª, o nosso apoio, em nome daqueles que sofrem as agruras do presente momento, ao apelo que V. Exª, está proferindo, com tanta oportunidade.

O Sr. José Ermirio — Receba o apoio também, Sr. Senador, de Pernambuco, pois que os usineiros do açúcar do Estado de Pernambuco têm no Instituto do Açúcar e do Alcool aproximadamente 8 bilhões de cruzeiros a receber, representados por açúcar entregue há cerca de um ano. Os usineiros estão pagando 3%, 4% e 5%. Estão-se desgastando tremendamente.

O SR. GUIDO MONDIN — Como vemos, lá como cá más fadas há. Quero responder ao Sr. Senador Edmundo Levi que a sua referência a grandeza do Rio Grande resulta de um erro de apreciação: tem tanta fome o homem magro como o homem gordo. Por vezes é precisamente isso: o gordo tem mais necessidade. Essa é a situação do Rio Grande. Apesar das aparências, e preciso que os representantes venham à tribuna para dizer o que ocorre no seu Estado.

O Sr. Edmundo Levi — Louvo a atitude de V. Exa.

O SR. GUIDO MONDIN — Vejam o que ocorre com o arroz, com a cana, com o suinocultivo, problemas que afetam de forma acentuadíssima o Rio Grande, com envolvimento social de absoluta importância. A questão que estou tratando no momento, por exemplo, envolve nada menos do que 100.000 famílias e talvez, na indústria suinícola, dez mil operários, que estão vivendo em condições precárias, em consequência da situação enfrentada pelas suas empresas, nas cidades, ou nas sedes municipais, ou no interior, na produção agropecuária.

Quero prosseguir na leitura da justificação dos suinocultores, porque tenho a impressão de que isto bastará para que o Plenário, este abnegado Plenário das segundas-feiras, compreenda a razão que me trouxe à tribuna.

Prosseguem eles:

(Lendo)

d) Período catastrófico — As cheias e nevadas que devastaram o nosso Estado, manufaturaram as indústrias riograndenses afastadas dos grandes centros de consumo, por cerca de trinta (30) dias. Para a nossa categoria econômica, o problema foi agravado, tendo em vista as condições de seus produtos, a maioria deterioráveis e sujeitos a estocagem frigorífica;

e) Mercado atacadista — O mercado atacadista praticamente foi suprimido, face ao custo do dinheiro, às incidências tributárias e à concorrência da COBAL, gerando, para a indústria, inúmeros problemas provenientes da estocagem forçada. Para o consumo, igualmente, a situação é desfavorável, tendo-se em vista a precariedade da distribuição dos produtos, antes regulada e atendida de imediato pelo comércio atacadista;

f) Taxa de Investimento na Pecuária — Criada por dispositivo de Lei Estadual, com a finalidade de carrear fundos para o B.N.D.E., a Taxa de Investimento na Pecuária inferiorizou, de maneira acentuada, as indústrias do Rio Grande do Sul, com relação às similares localizadas em outros Estados da Federação.

O estudo econômico que o presente trabalho é anexo, demonstra, de maneira inequívoca, que a referida Taxa de 1% (um por cento) é o bastante para aniquilar, em conjunto, todo o parque industrial suinícola de nosso Estado.

Diante do exposto, este Sindicato, pesando a responsabilidade

que lhe cabe apresenta as seguintes sugestões para solucionar a crise latente em que se encontram as empresas filhadas:

a) nivelamento tributário, sob o princípio da universalidade do tributo, situação viável mediante a reforma tributária a vigorar a partir de 1967;

b) extinção imediata da Taxa de Investimento na Pecuária, ou, pelo menos, a exclusão do setor suinícola, com anistia para os eventuais débitos;

c) reformulação da política da COBAL, fazendo com que a mesma retire, no período de safra, os excedentes de gordura animal, destinados a estabilizar o mercado no período de entre-safra. O preço dos excedentes, pelo menos, deve ser o de custo, pois não é possível que a produção tenha que suportar prejuízos;

d) facilidades para a conquista do mercado internacional de carnes, através de financiamentos que possibilitem as indústrias de se adaptarem às exigências regulamentares emanadas do Ministério da Agricultura e do Departamento Sanitário;

e) prosseguimento intensificado da campanha para a produção do porco-carne;

f) maior flexibilidade para os aderentes da Portaria GB-71 na parte que diz respeito à absorção dos 7% (sete por cento) para a primeira solicitação de aumento de preços. O nosso ramo industrial, em absoluto, pode comportar aquela percentagem, visto que a sua rentabilidade sobre valor-venda, não atinge sequer 50% (cinquenta por cento) daquele índice.

Devemos ressaltar que o parque industrializador, em algumas empresas, se ressentiu de uma maior capacidade de câmaras frigoríficas; todavia, de equipamentos todas elas estão muito bem dotadas.

Por outro lado, desnecessário será a reafirmação de que, da suinocultura dependem mais de 100.000 famílias de agricultores e que 10.000 operários obtêm o seu sustento, nas fábricas.

Esperamos que, ante a evidência dos fatos que ameaçam a própria sobrevivência do binômio SUINOCULTURA - INDÚSTRIA-LIZAÇÃO, os homens públicos de nosso Estado governantes e legisladores, por certo, não serão insensíveis ao problema sócio-econômico que, dia a dia, se agrava.

Confiantes que sejam tomadas medidas urgentes, que equacionem a atual e angustiante situação, depositamos nas mãos das autoridades governamentais, os destinos da suinocultura e das indústrias de produtos suínos no Estado do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 12 de abril de 1966.

Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos no Estado do Rio Grande do Sul. — Afonso Martinelli, Presidente.

Na oportunidade em que apresento projeto de lei, procurando resolver uma pequenina parcela destas reivindicações, quis trazer ao conhecimento da Casa o que estão os suinocultores pleiteando, neste momento, no Rio Grande do Sul, com o resto nacional.

Estaré sempre em guarda para trazer ao conhecimento deste Plenário fatos desta natureza, com a autoridade que é inerente ao meu mandato, de dar cobertura à luta que os produtores no Rio Grande do Sul

travam, pelo menos para merecer justiça pelo seu trabalho.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Pois não.

O Sr. Aurélio Viana — Nobre Senador Guido Mondin, nós estamos apreciando as críticas que Vossa Excelência está fazendo à política econômico-financeira do atual Governo, na defesa dos interesses do povo que V. Exa. representa. Não sei se o Líder do Governo, o Senador Gay da Fonseca, está de acordo com Vossa Excelência. Se aceita que Vossa Excelência esteja mesmo defendendo os interesses do Rio Grande do Sul contra esta política do Governo Central, ou se V. Exa. está se unindo às vozes da Oposição no combate a esta mesma política. Isso é que é interessante nós ouvirmos.

O SR. GUIDO MONDIN — Não há necessidade de o nobre Senador Gay da Fonseca dar a resposta, eu mesmo a darei.

O Sr. Aurélio Viana — A de Vossa Excelência já é conhecida; Vossa Excelência cobre o memorial, aceita o memorial. Mas, os quatro Ministros quão estão de acordo com esse memorial, com as críticas que o memorial traz? Com as palavras de Vossa Excelência, o Líder do Governo nesta Casa, o Senador Gay da Fonseca, está de acordo? Está de acordo o Presidente da ARENA, da gri que defende a política do Governo, com as críticas do memorial, e as referências que V. Exa. faz ao memorial? Daí, queria completar o meu aparte. Eu sei o pensamento de V. Exa., que defendeu com entusiasmo o memorial que critica a política do Governo.

O Sr. Bezerra Neto — Que critica a política da ARENA, de que faz parte.

O Sr. Aurélio Viana — Exato, inclusive. Depois de ouvir o Senador Gay da Fonseca, então completarei meu aparte, se V. Exa. me permite.

O Sr. Gay da Fonseca — Concedo-me o nobre orador um aparte?

O Sr. Aurélio Viana — Não queria que V. Exa., Senador Guido Mondin, respondesse pelo nobre Senador Gay da Fonseca.

O SR. GUIDO MONDIN — S. Exa. responderá. Há tempo para todos.

Antes de conceder o aparte ao nobre Senador Gay da Fonseca, preciso acrescentar que o expediente de envolvimento do orador que, pertencendo a um grupo político, satisfaz, em dado momento, a outro grupo, como no caso à Oposição, é expediente antigo.

O Sr. Aurélio Viana — Não! Satisfaz aos produtores do Rio Grande do Sul.

O SR. GUIDO MONDIN — Estou me referindo ao discurso ao expediente de envolvimento antigo. Neste caso, não há positivamente, possibilidade alguma de envolvimento. Precisamos — antes de mais nada — ser autênticos, ser sinceros conosco mesmos, e pugnar por aquilo que nos parece justo. No caso do Rio Grande, se fosse eu produtor, estaria na linha de combate, estaria reivindicando, sem com isso macular um grama das minhas convicções filosóficas, do meu comportamento partidário, da minha posição de elemento do Governo. Nada disso.

O Sr. Aurélio Viana — E não sendo V. Exa. produtor, está de acordo com o memorial...

O SR. GUIDO MONDIN — Como não sou produtor e não estou sentado à mesa onde eles, produtores, deba-

tem tal assunto, tenho, entretanto, excelente tribuna, para acompanhá-los nessa reivindicação. E' o que estou fazendo. Estou em pleno debate. Isso não tem, de resto, nenhuma consequência de outra ordem, nenhum envolvimento de outra ordem.

O Sr. Aurélio Viana — V. Exa. está sendo aplaudido, não está sendo condenado.

O SR. GUIDO MONDIN — Daí a necessidade de estender minhas interpretações, assim como fiz, antes de conceder a palavra a meu nobre Líder, o Senador Gay da Fonseca.

O Sr. Gay da Fonseca — Agradeço a V. Exa. a oportunidade que me dá de aceitar o convite do nobre Senador Aurélio Viana para o minuto. Devo declarar a S. Exa., em primeiro lugar, que não sou Líder do Governo; exerço a Vice-Liderança da ARENA e a liderança na ausência de seu Líder. Gostaria de declarar que, pela minha formação, entendo que o Ministro de Estado do Brasil não serve a um Estado da Federação mas a Nação brasileira. O fato de se encontrarem quatro, cinco, seis ou oito homens do mesmo Estado exercendo Ministério no Governo da República não significa que eles estejam com a missão única e específica de defender seu Estado, porque, senão, estariam traindo ao próprio Brasil que está acima de todos os Estados da Federação. Entendo no entanto, que o fato de ser Ministro não o desvincula de suas origens e, naturalmente, por força desta vinculação, têm interesse nos problemas de seu Estado. Entendo mais que o fato de alguém ou de algum Senador exercer a liderança do Governo, ou a Presidência da ... ARENA, ou Vice-Presidência da ... ARENA não o impede a sempre permanente e constantemente, defender todos os atos do Governo, mas a defender a política geral desenvolvida pelo Governo, o que não o impede também de chamar atenção do Governo para certos e determinados aspectos de certos e determinados problemas que, eventualmente, não estejam bem focados ou suficientemente atendidos. Esta é a missão de todo o Senador da República, tanto, da situação como da oposição.

Nós aqui estamos para defender os interesses do nosso Estado, enquanto não colidirem com os interesses da Nação.

O Sr. Aurélio Viana — V. Exa. me permite, nobre Senador? (Assentimento do orador.) — Nada foi respondido do que lhe foi perguntado. Pergunta-se se os Senadores do Rio Grande do Sul, os Ministros de Estado, o Presidente da ARENA, estão de acordo com o memorial que o nobre Senador Guido Mondin defende, da tribuna. E a resposta é no sentido de que, Ministros de Estado que, porventura, defendam a política dos seus Estados estariam traindo os interesses nacionais. Para mim, não. Defender a política de um Estado não significa trair os interesses nacionais, em primeiro lugar. Em segundo lugar, nada impede aos representantes do povo de um Estado — que esteja no partido do Governo — de defender a política global desse mesmo Governo e a política econômica e financeira do seu Estado. Eu pergunto: estão os Líderes do Governo, no Rio Grande do Sul, de acordo com os termos do memorial? Estão de acordo com as críticas dos plantadores de arroz, dos criadores de suínos, daqueles que se esetem prejudicados e que estão sendo acolinidos por Vossa Exa., Senador Guido Mondin? Então a resposta é: que nos importa que o homem vá à lua? Pode ir à lua. Que nos importa que os jornais do Rio de Janeiro defendam teses tais ou quais? Para uma pergunta específica, a resposta deve ser específica.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite um aparte, Senador Guido Mondin?

O Sr. Aurélio Viana — Mas eu compreendo por que: não tendo havido tática de envolvimento, o que houve foi um pedido de esclarecimento, para assunto de tamanha relevância com implicações não somente no Rio Grande do Sul, como implicações nacionais.

O SR. GUIDO MONDIN — Evidente.

O Sr. Aurélio Viana — Não houve tática nem há envolvimento, mesmo porque ninguém envolve o Senador Guido Mondin, que nos envolve...

O SR. GUIDO MONDIN — Em afeto, envolve.

O Sr. Aurélio Viana — ... pela sua simpatia, pelo seu espírito de franqueza, pelo seu cavalheirismo próprio de todos os gaúchos, até adversários. Se o nobre Senador Gay da Fonseca deseja dar uma resposta mais positiva...

O Sr. Gay da Fonseca — Permite V. Exa. um aparte, Senador Guido Mondin? (Assentimento do orador) — Gostaria de declarar ao nobre Senador Aurélio Viana, neste aparte, que lastimo que S. Exa. não me tenha ouvido...

O Sr. Aurélio Viana — Ou não tenha compreendido.

O Sr. Gay da Fonseca — ... ou não me tenha compreendido. É uma decorrência de minhas deficiências, de minhas limitações. (Não apoiado!)

Não tenho o brilho de S. Exa., nem estou afeito, como S. Exa., às lides do plenário, principalmente desta Casa do Congresso. Peço de S. Exa. benevolência, peço de S. Exa. tolerância. O que eu afirmo, quando falei nos Ministros de Estado, foi que entendo que o Ministro de Estado, mesmo provindo de um Estado da Federação, em regra geral, deve desvincular-se para servir ao Brasil, não perdendo, no entanto, a vinculação com o Estado, o amor à sua terra e a responsabilidade com relação aos problemas regionais. No que diz respeito ao assunto de que V. Exa. trata, nobre Senador Guido Mondin, não posso falar em nome dos Senhores Ministros de Estado, porque nem sei se S. Exas. leram o memorial. Procurarei sentir a opinião de Suas Excelências, e, principalmente, não a do Ministro gaúcho, mas a do Ministro paranaense, o Ministro da Agricultura. Devo declarar, também, ao nobre Senador Aurélio Viana que, quando se trata do sofrimento do agricultor gaúcho, quando se trata do sofrimento do meu Estado, não há força maior que me motive do que esta; estarei sempre ao lado de minha gente, porque, em defendendo o Rio Grande do Sul, defendendo a gente de todo o Brasil e simpatizo com a política do atual Presidente da República.

O Sr. Aurélio Viana — O Senador Gay da Fonseca deu a entender que está com os produtores do Rio Grande do Sul na sua crítica à política econômico-financeira do Governo do Rio Grande do Sul, — creio eu — ou, então, com a sua inteligência privilegiada, ele, que é o corpo projetando uma sombra — no caso, seria eu a sombra...

O Sr. Gay da Fonseca — Pelo volume.

O Sr. Aurélio Viana — ... tentou desviar-me do assunto dando-lhe, através de sua resposta, outro sentido. Em tese, está de acordo com os que sofrem; mas esta a pergunta: de acordo com aqueles que sofrem, os do memorial? Então, dá-nos a entender que sim, — creio eu.

O Sr. Gay da Fonseca — V. Exa. não precisa usar de hermenêutica. Posso dar a interpretação fiel, exata e concreta.

O Sr. Aurélio Viana — Estou solidário, portanto, com os que sofrem — no caso os signatários do manifesto. Agora, a resposta: em Volta Redonda, o Sr. Presidente da República declarou taxativa e claramente:

(Lê:)

Cumprido, frisou, lembrar que no ano passado, e pela primeira vez em mais de um decênio, a expansão global do crédito para a atividade privada foi quase duas vezes a alta do nível geral de preços, permitindo ampla folga para o real desenvolvimento das atividades produtivas, mesmo depois de descontados os efeitos da inflação. Citou índices e frisou que foi, portanto, maciça a transferência de recursos para fortalecer o empresariado industrial, comercial e agrícola do País notoriamente descapitalizado pelo efeito concomitante do estatismo crescente, pela pressão do Tesouro sobre o sistema bancário a fim de financiar os déficits insaciáveis e pela cessação dos empréstimos externos, que se retardaram em consequência do caos econômico anterior à Revolução.

Então, não entendo: o Governo retrai o crédito maciçamente à agricultura, ao comércio e à indústria e a indústria reclama por não o ter recebido, e o comércio reclama diante da situação vexatória em que se encontra e a agricultura, pela voz de Vossa Excelência e dos líderes do Governo, nesta Casa, reclama, favorecendo os argumentos dos que se consideram injustiçados. Então, estamos diante de um quadro terrível, em que o Presidente da República faz uma afirmação positiva e, no Senado e na Câmara, os do seu Partido refutam-na, através de argumentos, até prova em contrário. Irrespondíveis.

O Sr. Gay da Fonseca — O brilhantismo do Senador Aurélio Viana faz com que o pensamento que parecia claro se tornasse nublado. A minha manifestação, em aparte a V. Exa., foi, simplesmente, no sentido de que acolho as reivindicações ora formuladas, através do discurso do Senador Guido Mondin, tratando de problema específico, de assunto certo e determinado. No momento porém, em que apoio o pronunciamento do nobre orador, não me vinculo à crítica que o Senador Aurélio Viana faz ao Governo da República. Devo declarar, entretanto, que depois da fixação do preço mínimo do arroz — uma das maiores riquezas do meu Estado — nem uma só vez levantei a minha voz, nesta Casa para defender uma revisão nesse sentido.

O Sr. Aurélio Viana — Quem fez crítica não fui eu. Foi o produtor do Rio Grande do Sul, e foram os representantes do Rio Grande do Sul, nesta Casa. Estou, apenas, apoiando os produtores na sua crítica à política econômico-financeira do Governo.

O Sr. Gay da Fonseca — V. Exa. se situa no tempo e no espaço. As reivindicações dos produtores de arroz do Rio Grande do Sul o foram antes da fixação dos preços mínimos, e eu, pessoalmente, não as acolheria.

O SR. GUIDO MONDIN — Quero dizer aos nobres colegas que foi apenas lido um memorial de reivindicações, e que não se trata especificamente de preços.

O Sr. Aurélio Viana — Voz encerrar a questão, nobre Senador. Não há qualquer crítica, nem V. Exa. está apoiando os agricultores do Estado do Rio Grande do Sul, ou então entendendo diferentemente.

O SR. GUIDO MONDIN — Trata-se apenas de reivindicações e a posição que o Senador Aurélio Viana adota, neste instante, não está à altura da inteligência de S. Exa.

O Sr. Gay da Fonseca — Permita-me ainda, nobre Senador Guido Mondin, apenas para concluir minha intervenção. Quero declarar ao nobre Senador Aurélio Viana que o que S. Exa. realmente procurou, com habilidade, inteligência e sagacidade que lhe são peculiares, foi transformar um assunto de segunda ordem, não em importância mas em ordem política, digamos assim, em assunto de ordem política. S. Exa. pretendeu, realmente, com muita habilidade, forçar um pronunciamento seu e meu contra a política governamental, quando V. Exa. defendia apenas um assunto dos suinocultores rio-grandenses. Quero nesta oportunidade, uma vez mais, prestar uma homenagem à habilidade do ilustre Senador Aurélio Viana.

O SR. GUIDO MONDIN — O nobre Senador Aurélio Viana, ao ouvir de um homem que disse "eu vim, aqui, pedir a solução para dez questões, não especificamente de uma", conclui: então, não está reivindicando coisa alguma, apenas pela forma de expressar-se o homem, que pediu.

Mas, Sr. Presidente, vou concluir este meu discurso triangular, para dizer que tem toda a razão o Sr. Presidente da República, no seu discurso de Volta Redonda. Tem tanta verdade o seu discurso como tenho verdade eu, ao trazer a este Plenário as reivindicações dos suinocultores do Rio Grande do Sul.

Os debates que em razão deste humilde discurso se travaram não lhe tiram, de forma alguma, o sentido e a preocupação do orador. Os debates se fazem necessários. E saibam os que têm preocupações quanto ao nosso destino democrático que, atitudes como esta que os Senadores da ARENA tomam, em plenário, é que garantem o prosseguimento da nossa vida democrática.

Como elementos do Partido do Governo — não sei bem se é assim, se a ARENA é o Partido do Governo mas, finalmente, é o Partido que está com o Governo — o comportamento dos Senadores da ARENA, neste plenário, como no plenário da Câmara positivamente não poderá cingir-se à boca fechada.

Esta, a nossa forma de colaboração que, como dizia em discurso outro dia, é uma colaboração prestada com certa angústia, porque desejávamos não houvesse necessidade de nenhum pronunciamento de nossa parte, tão bem andariam as coisas!

De sorte que cada vez em que apresentamos uma reivindicação para ser discutida nesta Casa, apromptemo-nos para tal. Mas... só tenho um companheiro presente, que é o Líder da ARENA, nobre Senador Gay da Fonseca, meu Líder...

O Sr. Aurélio Viana — Não! V. Exa. recebeu nosso apoio, nosso aplauso!

O SR. GUIDO MONDIN — Ponho de quarentena o apoio dos nobres elementos da Oposição...

Tenho esperança de que os órgãos governamentais, sensíveis aos reclamos dos produtores rio-grandenses, particularmente os suinocultores, não de atentar para as razões que os levaram a essa manifestação, que há de ser um movimento constante, até que

comçam alcançar aquilo que por justiça, querem ver alcançado.

Era o que tinha que dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre senador Gay da Fonseca.

O SR. GAY DA FONSECA:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

Não há mais havendo que tratar, levando a sessão, designando para a próxima a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão em 19 de abril de 1966

(Terça-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 158-A-64, na Casa de origem), que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao registro dos contratos celebrados entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e 429 adquirentes de glebas de terra situadas em área da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, tendo pareceres favoráveis (sob ns. 225 e 226, de 1966), das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 148, de 1966, pelo qual o Sr. Senador Eurico Rezende solicita a transcrição nos Anais do Senado, da resposta do Governo brasileiro à nota do Governo paraguaio sobre as fronteiras do Brasil com esse país.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 114-A-64, na Casa de origem) que mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e "Pinho e Terras Ltda.", como outorgada compradora, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 231 e 232, de 1966, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 91-A, de 1963, na Casa de origem), que mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro a contrato celebrado entre o Estado-Maior do Exército e o Sr. Nelson Pimenta, para desempenho da função de Cartógrafo, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 238 e 239, de 1966, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas.)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA Nº 7-66

O Presidente da Comissão de Sindicância, designado pela Portaria número 119, de 17 de novembro de 1955, do Exmo. Sr. Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, a fim de melhor atender às necessidades dos trabalhos da mesma Comissão resolve na forma do § 2º, do art. 223, da Resolução nº 6-60, designar Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6, para desempenhar as funções de Secretária da mesma comissão.

Brasília, 25 de março de 1966. — Aloisio Barbosa de Souza, Presidente da Comissão de Sindicância.

PORTARIA Nº 8-66

O Presidente da Comissão de Sindicância, designada pela Portaria número 3-65, de 19 de agosto, do Exmo. Senhor Presidente do Senado Federal, resolve na forma do § 2º, do art. 223 da Resolução 6-60, designar Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 10-66

O Presidente da Comissão de Inquérito, designado pela Portaria número 9-66, de 14 de abril, do Exmo. Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal, resolve designar, na forma do § 2º, do art. 223 da Resolução 6-60, Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6, Secretária da mesma Comissão.

Brasília, 18 de abril de 1966. — Aloisio Barbosa de Souza, Presidente da Comissão de Inquérito.

EDITAL

A Secretária da Comissão de Inquérito, designada pela Portaria número 7, de 11 de abril de 1966, do Exmo. Senhor Primeiro Secretário do Senado Federal, em cumprimento de ordem do Sr. Presidente tendo em vista o disposto no § 2º, do art. 226, da Resolução 6-60 (Regula-

mento da Secretaria do Senado), cita, pelo presente Edital o Sr. Vicente Carlos de Lima, motorista Substituto, FT-5, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste, comparecer no 22º andar do Anexo do Senado, sala 9, a fim de apresentar defesa escrita, dentro de 10 (dez) dias, no Processo Administrativo a que responde, por abandono de cargo, sob pena de revella. Brasília, 18 de abril de 1966. — Zuleika de Castro Monteiro, Secretária.

EDITAL

Pelo presente edital, fica convocado o Auxiliar de Limpeza, Paulo Ferreira Leite, a comparecer a esta Secretária, a fim de justificar sua ausência ao serviço sob a pena de lhe ser aplicada o disposto no artigo 210, item II e § 1º da Resolução nº 6, de 1960.

Secretária do Senado Federal em 18 de abril de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

COMISSÃO MISTA
DO CONGRESSO NACIONAL

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1966

As dezessete horas, do dia treze de abril de mil novecentos e sessenta e seis, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos, Atilio Fontana, Dilton Costa, Domício Gondim, Heribaldo Vieira, Jefferson de Aguiar, Manoel Villaga, Edmundo Levi e Bezerra Neto, e os Senhores Deputados Daniel Faraco, Alde Sampaio, Benedicto Vaz, Herbert Levi e Paulo Macarini, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida do estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 3, de 1966 (CN), que altera a redação dos artigos 156, § 1º, item II, 172 (Caput) e 175 e acrescenta um parágrafo ao artigo 173 do Decreto-Lei nº 7.661, de

ATAS DAS COMISSÕES

25 de junho de 1945 (Lei de Falências).

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Josaphat Marinho e João Abrahão e, os Senhores Deputados Ormeo Botelho, Aroldo Carvalho, Raimundo de Brito, Ulisses Guimarães, Cesar Prieto e Roberto Saturnino.

De acordo com o que preceitua o § 3º do artigo 81, do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado de conformidade com o artigo 53 do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Atilio Fontana, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental, o Senhor Presidente anuncia que irá proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Atilio Fontana convida para funcionar como escrutinador

o Senhor Senador Dilton Costa. Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Bezerra Neto — 12 votos.
Senador Antônio Carlos — 1 voto.
Em branco — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Senador Manoel Villaga — 12 votos.

Senador Dilton Costa — 1 voto.
Em branco — 1 voto.

São declarados eleitos e empossados, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão Mista, os Senhores Senadores Bezerra Neto, e Manoel Villaga.

Assumindo a presidência, o Senhor Senador Bezerra Neto agradece a honra com que foi distinguido pelos seus pares e, designa para relator do Projeto o Senhor Deputado Herbert Levi.

Em seguida, o Senhor Presidente coloca em discussão e votação as normas disciplinares dos trabalhos da Comissão, sugerindo a inclusão de um parágrafo único no artigo 8º (oitavo), nos seguintes termos:

"Parágrafo único — O Presidente somente votará no caso de empate".

As normas disciplinadoras são aprovadas com a inclusão proposta.

O Senhor Presidente comunica à Comissão o seguinte calendário para tramitação do projeto: Dias 14 (quatorze), 15 (quinze), 16 (dezesseis), 18 (dezoito) e 19 (dezenove), apresentação de emendas à Comissão; Dia 26 (vinte e seis) apresentação do Parecer pela Comissão; Dia 28 (vinte e oito), discussão da matéria em Sessão Conjunta, às 10 horas.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Auxiliar de Secretaria Substituto FT-5, e Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

MESA

Presidente — Moura Andrade
Vice-Presidente — Nogueira da Gama
1º Secretário — Dinarte Mariz
2º Secretário — Gilberto Marinho
3º Secretário — Barros Carvalho
4º Secretário — Cattete Pinheiro
1º Suplente — Joaquim Parente
2º Suplente — Guido Mondim
3º Suplente — Sebastião Archer
4º Suplente — Raul Claubert

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS),

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA
TITULARES

Eugênio Barros
 José Feliciano
 Lopes da Costa
 Antonio Carlos
 Julio Leite

SUPLENTE

Vivaio Luna
 Atílio Fontana
 Dix-Huit Rosado
 Adolpho Franco
 Zacarias de Assumpção

MDB

Argemiro de Figueiredo
 José Ermírio

Nelson Maculim
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS),

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos
Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA
TITULARES

Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
 José Feliciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimentel
 Benedicto Valadares
 Melo Braga
 Vasconcelos Torres

MDB

Antonio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Adalberto Sena
 Edmundo Levi
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-8.

Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS),

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricles
Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA
TITULARES

Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Lopes da Costa
 Melo Braga
 José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
 Filinto Müller
 Zacarias de Assumpção
 Benedicto Valadares
 Vasconcelos Torres

MDB

Aurélio Vianna
 Silvestre Péricles

Oscar Passos
 Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS),

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA
TITULARES

Atílio Fontana
 Júlio Leite
 José Feliciano
 Adolpho Franco
 Melo Braga
 Domicio Gondim

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
 José Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacharias de Assumpção
 Dix-Huit Rosado
 Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculim
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Reuniões: Quartas-feiras às 15:30 horas

João Abrahão
 Josaphat Marinho
 José Ermírio

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS),

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel
Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA
TITULARES

Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnor de Melo
 José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valadares
 Afonso Arinos
 Melo Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 15:30 horas

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS),

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA
TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domicio Gondim
 Manoel Villaza
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Atílio Fontana
 José Guilomard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 Júlio Leite
 Gay da Fonseca
 Melo Braga
 Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA

TITULARES

José Feliciano
Attilio Fontana
Adolpho Franco
Domício Gondim
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Eugênio Barros

MDB

José Ermírio
Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
Pessoa de Queiroz

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA

TITULARES

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Eucharías de Assunção
Attilio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lopes da Costa
Eugenio Barros
Lobão da Silveira
Manoel Villaga

MDB

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. G. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidentes: Domício Gondim

ARENA

TITULARES

Domício Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Mello Braga
Filinto Müller

MDB

Josaphat Marinho
José Ermírio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretário: Cláudio I. G. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga.

ARENA

TITULARES

Manoel Villaga
Sigefredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Domício Gondim

MDB

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. G. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

MDB

Bezerra Neto
José Ermírio
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

Antônio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dix-Huit Rosado

MDB

Bezerra Neto
Lino de Mattos

Edmundo Levi
Silvestre Falcões

Secretário: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedito Valladares
Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES
Benedito Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Vivaldo Lima
Antônio Carlos
Jose Cândido
Padre Calazans

SUPLENTE
José Guimard
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnon de Melo
Heribaldo Vieira

M D B

Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo
João Abrahão
Nelson Maculan
Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Castêjon Branco.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA

TITULARES
Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga

SUPLENTE
Júlio Leite
Lopes da Costa
Eugênio de Barros

M D B

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assumpção
Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

ARENA

TITULARES
José Guimard
Victorino Freire
Zacarias de Assumpção
Irineu Bornhausen
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE
Atílio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eurico Rezende
Manoel Villaga

M D B

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Josaphat Marinho
Ruy Carneiro

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

ARENA

TITULARES
Vasconcelos Torres
Victorino Freire
Mello Braga
Arnon de Mello
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE
José Feliciano
Filinto Müller
Antônio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaga

M D B

Adalberto Sena
Nelson Maculan

Aurélio Vianna
Lino de Matos

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado
Vice-Presidente: João Abrahão

ARENA

TITULARES
José Leite
Arnon de Melo
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE
Eugênio Barros
Jefferson de Aguiar
José Guimard

M D B

João Abrahão
Ruy Carneiro

Arthur Virgílio
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi
Vice-Presidente: José Guimard

ARENA

TITULARES
José Guimard
Vivaldo Lima
Lopes da Costa

SUPLENTE
Filinto Müller
Zacarias de Assumpção
Lobão da Silveira

M D B

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretária: Neuza Joanna Orlando Veríssimo.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.